

história

A INICIATIVA GORADA DE FRANCO NOGUEIRA PARA O ESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE PORTUGAL E A CHINA CONTINENTAL EM 1964

*Moisés Silva Fernandes**

A iniciativa para o reconhecimento e estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e a República Popular da China, de Janeiro/ Fevereiro de 1964, proposta por Franco Nogueira, ministro português dos Negócios Estrangeiros, dividiu o regime político português. Tradicionalmente, o presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, rejeitava o estabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China, enquanto a administração portuguesa de Macau, o comando da guarnição militar portuguesa no enclave e os ministérios do Ultramar e dos Negócios Estrangeiros em Lisboa se mostravam favoráveis ao reconhecimento e estabelecimento de relações com o regime de Pequim. A rejeição de Salazar fundamentava-se em princípios meramente ideológicos, isto é, na sua profunda aversão ao comunismo (Fernandes, 1999, p. 990). As restantes entidades portuguesas encaravam o estabelecimento de relações com Pequim como uma condição *sine qua non* para facilitar a gestão de Macau, reduzir substancialmente o poder e a influência da elite tradicional chinesa do território alinhada com o regime de Mao Zedong junto da administração portuguesa e mitigar o controle e a orientação efectiva do enclave por parte da República Popular da China nos domínios político, comercial, económico, financeiro e associativo (*Ibid.*, p. 991-993).

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade Técnica de Lisboa.

Numa tentativa para persuadir Salazar a abandonar a sua posição de intransigência, Franco Nogueira encetou uma iniciativa de bastidores com o desígnio de convencer o chefe do governo a reconhecer o regime de Mao Zedong. Porém, esta iniciativa gorou-se por duas razões primor-diais. Primeira, o perfil dogmático de Salazar. Segunda, a natureza do regime autoritário de Salazar.

Alguns estudos sobre as repercussões no domínio da política externa dos perfis ou características pessoais de dirigentes políticos destacam a importância das ideias rígidas e inflexíveis na concepção e prossecução de orientações políticas. Para fazerem prevalecer o seu dogmatismo, os dirigentes autoritários normalmente apelam às tradições, regras e princípios em vigor. Por conseguinte, "quanto mais dogmático" for um líder político "the less likely his government is to change its position on a well-established policy" (Hermann, 1976, p. 66). Este pensamento é reforçado se tivermos em consideração que "ideology conditions choices of friends and identification of adversaries" (Smith, 1989, p. 195).

Esta variável foi, particularmente, intensificada pela natureza do regime português. Uma das características fundamentais do sistema político de Salazar foi a "progressiva concentração e ilimitação prática do Poder" (Cruz, 1988, p. 255). Esta conjuntura evoluiu de forma a transformar o salazarismo "numa ditadura" (*Ibid.*).

Estas duas características fundamentais do regime português contribuíram para que a iniciativa de Franco Nogueira se circunscrevesse meramente a manobras de bastidores no seio do regime, à acção de missões diplomáticas estrangeiras junto do governo português e à cobertura realizada pela imprensa estrangeira e portuguesa da época, em torno deste assunto.

Neste trabalho propomo-nos a analisar os interesses subjacentes à iniciativa de Franco Nogueira, a evolução da posição de Salazar, a reafirmação do *status quo* de Macau pelo regime de Pequim e a inviabilidade política da iniciativa na óptica dos interesses chineses. Na parte final apresentamos as conclusões.

OS INTERESSES SUBJACENTES À INICIATIVA DE FRANCO NOGUEIRA

O interesse de Franco Nogueira em reconhecer e estabelecer relações diplomáticas com a China Continental advinha de vários factores,

desde os pessoais à alta política. Franco Nogueira possuía uma ampla experiência do Oriente. Foi "delegado do Governo Português junto do Alto Comando Aliado no Japão", entre 15 de Fevereiro de 1946 e 14 de Setembro de 1949 (MNE, 1964a, p. 23). O Oriente fascinava-o tanto que dos 14 relatórios que redigiu para o ministério, 8 eram referentes ao Oriente, o que corresponde a 57% do total.

A evolução da situação política no Oriente, em geral, e na China, em particular, no contexto do sistema internacional e o seu reflexo na posição portuguesa era tão importante para Franco Nogueira que apre-sentou uma monografia sucinta sobre o tema ao concurso interno de 1952 do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Neste trabalho analisou "a ressurreição do Mundo Oriental" após 1945 e as grandes questões que iriam condicionar a política na região. Neste âmbito definiu os factores que iriam permear as políticas internas e externas das grandes potências regionais (China, Japão e Índia) e das potências de menor dimensão e importância (Indonésia, Birmânia, Tailândia, Filipinas, Indochina, Malásia e Coreia), as influências externas praticadas pela Rússia e os EUA na região e prognosticou a evolução de eventuais cenários políticos re-gionais.

A orientação prevalecente neste trabalho foi a de que “o eixo da política mundial” se tinha deslocado do Atlântico para o Pacífico e que o embate político e civilizacional era inevitável entre o Ocidente e o Oriente, pois “o ressurgimento do Oriente veio alterar o equilíbrio político e económico mundial” (1952, p. 108). Em relação à China Continental, Franco Nogueira defendia, em termos elogiosos, que “Mao Tse-tung [Mao Zedong] procura, através de uma síntese com o progresso ocidental, re-tomar os caminhos que fizeram da China a primeira potência do Oriente. Pequim foi o fulcro de uma cultura e de uma civilização, o centro do mundo que ruíu mantendo intacto o que havia de mais forte. A velha cidade é de novo capital: o facto, só por si, constitui o símbolo de um propósito e a afirmação de um apego ao que há de mais essencial e de mais vivo na China” (*Ibid.*, p. 32). Este trabalho foi alvo de duas edições, sob o título *A Luta pelo Oriente*¹.

Por outro lado, Franco Nogueira era casado com Vera Wang, filha de um diplomata “anticomunista” chinês “que estivera alguns anos na

¹ A primeira edição foi publicada pela Junta de Investigações do Ultramar, em 1957, e a segunda pela Ática, em 1962.

Prisão” (Antunes, 1996, p. 175). Esta situação, certamente, condicionou o subsequente comportamento de Franco Nogueira em relação à China Continental, atendendo que o seu casamento com Vera Wang, em 1947, “foi visto por muitos como um desafio ao poder, verdadeiro anátema para esses tempos, e terá contribuído para isolar Franco Nogueira na carreira” diplomática (Neves, 1999, p- 201).

Assim, em Outubro de 1961, uns escassos cinco meses após ter tomado conta da chefia da diplomacia portuguesa, Franco Nogueira² deu instruções ao director-geral, interino, dos Negócios Políticos, Fortunato de Almeida, no sentido de levar a cabo uma “pesquisa minuciosa nos processos referentes à China do período 1948 a 1958”. Apesar duma exaustiva investigação, não foram encontradas “quaisquer instruções de carácter geral no sentido que o senhor ministro desejava”³.

A queda de Goa proporcionou condições políticas favoráveis para que Franco Nogueira se pronunciasse, mais uma vez, sobre a atitude portuguesa em relação à China Continental e a Macau. No extenso rela-tório político que apresentou a Salazar, em 13 de Janeiro de 1962, o chefe da diplomacia portuguesa preconizou uma reorientação das políti-cas externa e colonial portuguesas com vista a reduzir o isolamento in-ternacional de Portugal. Essencialmente, este documento reconhecia que o principal objectivo do movimento anticolonialista era a derrota políti-ca e não militar do regime e que "Portugal não" dispunha "dos meios políticos, económicos e militares para conduzir a sua política isolada-mente". Para evitar o desmoronamento do regime defendeu a via políti-ca negociai para a questão colonial portuguesa e o abandono da "óptica unificadora e procurar soluções individuais para cada território ultrama-rino". Assim, averbava que nem todas as colónias eram de valor político idêntico e defendia que se podia distinguir entre "posições essenciais e não essenciais". Angola, Moçambique e Cabo Verde enquadravam-se no primeiro tipo, enquanto as restantes colónias eram relegadas para a cate-goria de "posições não essenciais".

² Tomou posse no dia 4 de Maio de 1961, na sequência da remodelação ministe-rial desencadeada pela tentativa falhada de golpe de Estado orientado pelo general Botelho Moniz, perpetrado em Abril de 1961.

³ Ministério dos Negócios Estrangeiros, "Despacho do director-geral, interino, dos Negócios Políticos, Fortunato de Almeida, para o ministro dos Negócios Estran-geiros, Franco Nogueira, de 10 de Outubro de 1961", PEA M. 263, AHDMNE, Lisboa.

Relativamente a Macau, propunha como contrapartida pela aceitação chinesa em estabelecer relações diplomáticas com Portugal realizar negociações com Pequim com vista a transformar "Macau, como porto franco, condomínio por forma a determinar ou até a transferência de soberania com manutenção de laços simbólicos com Portugal" (Fernandes, 2001, p. 101-103). Porém, este documento foi rejeitado por Salazar. Na audiência que concedeu a Franco Nogueira, em 20 de Fevereiro de 1962, o chefe do governo afirmou: "[n]ão há dúvida de que estamos perante uma viragem, e eu estou preso às ideias do passado" (Nogueira, 1987, p. 24).

Apesar do repúdio do chefe do governo, Franco Nogueira orientou-se no sentido de tentar acomodar os interesses do regime de Pequim no pequeno enclave sob administração nominal portuguesa. Por exemplo, o chefe da diplomacia portuguesa sugeriu a Lopes do Santos, governador de Macau entre 1962 e 1966, que desse "uma posição de destaque na gestão" de Macau às "forças vivas chinesas", apesar da oposição deste último (Lopes dos Santos, 1994, p. 363). Por outro lado, apoiou a política da administração portuguesa de Macau de crescente aproximação a Pequim e de rompimento gradual de relações com Taibei, que resultou na proibição de actividades hostis à República Popular da China, em 18 de Setembro de 1963 (Fernandes, 2000b, pp. 197 e 642-643). Franco Nogueira justificou esta orientação, pois:

"Nós temos tido conhecimento de que se procurava aproveitar a Província de Macau para actividades que não são conformes às leis locais, nem às relações de boa vizinhança que nos cum-pre manter, que mantemos e que desejamos manter com a Chi-na Continental"⁴.

No espírito desta orientação, o chefe da diplomacia portuguesa, consentiu a repressão e desmantelamento das redes de informações, contra-informações e de acções clandestinas do regime da Formosa/Taiwan a partir de Macau contra a província comunista chinesa de Guangdong por parte da administração portuguesa do enclave. Esta orientação con-tou, obviamente, com o beneplácito da elite tradicional chinesa de Ma-cau alinhada com a China Continental, assim como com o consentimen-to do "alto comissariado" e "governo sombra" chinês de Macau: a *Socie-dade Comercial Nám Kwóng [Nánguáng]*.

⁴ "Declarações do Dr. Franco Nogueira", Diário de Notícias, ano 99, n.º 35 053 (1 de Outubro de 1963), p. 8.

Com este acto unilateral, Franco Nogueira pretendia, também, manifestar o ressentimento e desafronta do regime de Salazar em relação ao governo do generalíssimo Chiang Kai-shek [Jiang Jieshi] pelo apoio prestado pela Formosa/Taiwan no Conselho de Segurança e nos demais órgãos e agências especializadas da ONU às propostas do bloco afro-asiático relativamente às colónias portuguesas. Nomeadamente, contra o voto da Formosa/Taiwan, membro permanente do Conselho de Segurança, a favor da resolução que condenou a política colonial portuguesa em África, de 31 de Julho de 1963⁵, e a sua abstenção na votação da resolução, apresentada pelo bloco afro-asiático, que resultou na expulsão de Portugal da Conferência de Instrução Pública da UNESCO, em 4 de Julho de 1963⁶.

Uma certa expectativa de incrementar as trocas comerciais com a China Continental. Esta linha de pensamento foi avançada *pelo Jornal do Comércio*, de Lisboa. Num extenso editorial, este diário defendeu que os desígnios a alcançar seriam os seguintes: a comercialização de produtos tradicionais portugueses (cortiça, resinosas, vinhos, medicamentos, con-servas de sardinha, etc.), de manufacturas (artefactos metalomecânicos e artigos eléctricos) e as funções de charneira político-comercial de Macau tanto a nível bilateral "como o papel que Lisboa poderia assumir como centro redistribuidor de produtos orientais na Europa"⁷.

A convicção generalizada junto dos colaboradores mais próximos de Franco Nogueira de que reconhecer Pequim constituiria uma prova de "realismo político" por parte do governo português. Como Portugal exercia em Macau uma administração profundamente condicionada pe-los interesses políticos, económicos, financeiros, comerciais e associati-vos do regime de Pequim (Fernandes, 2000a, pp. 56-57), ao reconhecer a República Popular da China nada mais fazia do que ir ao encontro da realidade concreta que existia no enclave.

Esta eventual nova orientação visava, por outro lado, garantir a segurança de Macau e ir ao encontro de sucessivos pedidos formulados neste sentido pela administração portuguesa e pelo alto comando da

⁵ *Ibtd.*

⁶ "Na Conferência de Instrução Pública de Genebra a delegação portuguesa não abandonou os trabalhos apesar de ter sido aprovada uma moção africana que exclui Portugal da reunião", *Diário de Notícias*, ano 99, 34 965 (5 de Julho de 1963), pp. 1 e 5.

⁷ "Renovação de mercados", *Jornal do Comércio* [Lisboa], ano 111, n.º 33 641 (11 de Fevereiro de 1964),p.1.

guarnição militar portuguesa do enclave desde 1949 (Fernandes, 2000b, pp. 191 e 206).

Embora todos estes factores fossem, sob várias formas e pretextos, avançados por Franco Nogueira, existiam, contudo, vozes discordantes no corpo diplomático português. Por exemplo, J.B. Ferreira da Fonseca, o último ministro de Portugal na China antes da tomada de poder por Mao Zedong em 1949 e embaixador de Portugal em Haia, num extenso ofício enviado a Franco Nogueira, em 29 de Janeiro de 1964, averbava que: "em relação a Macau não se acredita que o reconhecimento da China comunista dê maiores garantias contra qualquer agressão. A China tomará Macau quando quiser, haja ou não reconhecimento". E adiantava que se o "reco-nhecimento [...] tivesse sido feito ao mesmo tempo do que a Inglaterra, podia entender-se que Portugal teria querido, com o reconhecimento, mostrar que não hostilizava Mao Zedong e tudo continuava como dantes sem soluções de continuidade resultantes da ideologia política"⁸.

AS TÁCTICAS USADAS

Consciente da intransigência política e histórica de Salazar em relação ao regime da China Continental, Franco Nogueira optou por lançar rumores em torno do assunto aquando da sua visita a Madrid. Com esta iniciativa de bastidores, o chefe da diplomacia portuguesa pretendia cri-ar uma conjuntura política interna favorável à sua manobra usando para o efeito a imprensa internacional e portuguesa. Para assegurar o apoio de Salazar recrutou Jorge Jardim, o agente secreto do regime para as opera-ções políticas melindrosas. Finalmente, com o desígnio de controlar de perto a evolução da sua diligência e evitar eventuais fugas de informa-ções e deslizos, o chefe da diplomacia portuguesa não só coordenou como ocultou informações aos diplomatas portugueses no exterior, obrigando-os a recorrer à sua própria imaginação e criatividade.

Enquanto no seio do regime várias facções debatiam a questão do reconhecimento e estabelecimento de relações diplomáticas com a China Continental, Franco Nogueira lançou o rumor na imprensa internacio-

⁸ Ministério dos Negócios Estrangeiros, "Ofício do embaixador de Portugal em Haia, J.B. Ferreira da Fonseca, para o ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, de 27 de Janeiro de 1964" in Cap.^a "Relações políticas com a China conti-nental — reconhecimento por Portugal [da] China comunista, anos de 1964/65", 2.º vol., PEA M. 263, AHDMNE, Lisboa.

nal sobre a alegada nova orientação portuguesa. Aquando da sua visita a Madrid, entre os dias 13 e 23 de Janeiro de 1964, o chefe da diplomacia portuguesa deixou "cair uma palavra *secreta mas para ser publicada* sobre a nossa eventual intenção de reconhecer a China Popular" (1987, p. 88) ao jornalista Paul Hofmann do *New York Times*.

O teor das revelações de Franco Nogueira foram publicadas no *New York Times*, na edição do dia 17 de Janeiro de 1964. De acordo com Hofmann, um alto funcionário do ministério português dos Negócios Estrangeiros, neste caso Franco Nogueira, ter-lhe-ia afirmado que Lis-boa estava a considerar o estabelecimento de relações diplomáticas com Pequim e tinha-se mostrado bem optimista em relação a esta iniciativa. Relativamente às relações entre Pequim e os movimentos de libertação da África lusófona, Franco Nogueira não considerou importante a alegada oferta de ajuda da China Continental à FNLA, dirigida por Holden Roberto⁹, e não se mostrou preocupado com o périplo do primeiro-mi-nistro chinês, Zhou Enlai, pelo continente africano¹⁰.

Para realçar o clima de bom entendimento entre Lisboa e Pequim, Franco Nogueira revelou que o governo chinês tinha solicitado o envio de um jornalista português à China, e que o governo português poderia fortuitamente autorizar tal deslocação. Instado sob as eventuais reper-cussões da sua iniciativa nas relações luso-formosinas, Franco Nogueira revelou que o reconhecimento da China Continental não resultaria ne-cessariamente num corte de relações com a República da China (Formo-sa/Taiwan). Para tal socorreu-se do exemplo do Senegal, que reconheceu o regime de Pequim, mas manteve relações com Taibei¹¹. Aparentemen-te, a Tunísia manteve também relações com a Formosa/Taiwan, apesar

⁹ Registou-se um encontro entre o marechal Chen Yi, vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros da China Continental e membro da Comissão Política Permanente do Partido Comunista Chinês, com Holden Roberto, em Nairobi, por ocasião das cerimónias da independência do Quénia, em 12 de Dezembro de 1963. Na reunião, o destacado dirigente chinês prometeu apoiar política e militarmente a FNLA (Fernandes, 2000b, p. 202).

¹⁰ Para além de constituir a primeira grande incursão política chinesa em África, o périplo pelo continente africano do primeiro-ministro chinês, Zhou Enlai, que decorreu entre 12 de Dezembro de 1963 e 4 de Fevereiro de 1964, resultou no reforço do apoio político, diplomático, propagandístico e técnico-militar aos movimentos de libertação da África lusófona (Hutchinson, 1975, pp. 61-71; e Fernandes, 2001, pp. 75-77).

¹¹ Paul Hofmann, "Lisbon Is Reported to Consider Ties With Chinese Reds", *New York Times* (17 de Janeiro de 1964), p. 4.

de ter reconhecido o regime de Mao Zedong (Hutchison, 1975, p. 149). Esta resposta visava essencialmente atenuar uma eventual reacção hostil por parte da extrema direita do regime que se identificava e partilhava muitas das posições anti-comunistas do regime do generalíssimo Chiang Kai-shek [Jiang Jieshi].

Por seu turno, o Palácio das Necessidades conseguiu persuadir, por intermédio de um repórter francês em Nova Iorque, Edgar Snow, um jornalista americano muito próximo das cúpulas dirigentes do regime de Pequim, a interpelar Zhou Enlai relativamente à eventual oportunidade de serem estabelecidas relações diplomáticas entre Lisboa e Pequim. O chefe do governo chinês respondeu subtilmente que Pequim estava interessado em estabelecer relações diplomáticas com "todos os países oci-dentais" (Nogueira, 1984, p. 552). Em simultâneo, um destacado dirigente da elite tradicional chinesa de Macau alinhada com o regime da China Continental, que se presume ser Ho Yin [He Xian], deslocou-se a Pequim para indagar sobre a possibilidade de Portugal reconhecer o governo de Mao Zedong. Segundo Franco Nogueira, logo que regressou a Macau, comunicou ao governador Lopes dos Santos "que o gabinete chi-nês de bom agrado acolherá um emissário do governo português para examinar e negociar a abertura de relações diplomáticas" (*Ibid.*).

Para persuadir Salazar a autorizar a sua iniciativa, Franco Nogueira recrutou Jorge Jardim, o "agente secreto" do regime (Antunes, 1996, p. 175). Jorge Jardim foi alistado devido à sua experiência em levar a cabo missões melindrosas que as instituições do aparelho de Estado não tinham capacidade para executar, ou a que não podiam estar institucionalmente ligadas (*Ibid.*, p. 174). Acima de tudo, era um ho-mem de confiança de Salazar e da extrema direita portuguesa.

Assim, logo após o desembarque de Jorge Jardim em Lisboa, este reuniu-se com Franco Nogueira, a 5 de Fevereiro. Durante a audiência, Franco Nogueira explicou-lhe o escopo político da sua iniciativa. Segundo Jorge Jardim:

"...disse-me tratar-se de uma tentativa de estabelecimento de relações com a China Popular. Tinham-me escolhido pela delicadeza da missão que não poderia fracassar, dado tudo quanto nela se jogava. O Presidente do Conselho [Salazar] tinha estado reticente mas dera a sua concordância, tal como aprovara o meu nome. [...] Franco Nogueira esclareceu-me de que esta

aproximação deveria ser genuína e, desde que iniciada, levada às últimas consequências ou seja o estabelecimento de relações officiosas que desembocariam, a curto prazo, em relações di-plomáticas. A China Popular teria interesse político nisso, pelo que representava a ostensiva libertação da tutela americana por parte de um país, como Portugal, membro da Aliança Atlân-tica e tradicionalmente anticomunista. Depois do reconheci-mento francês (que havia sido duramente atacado na NATO com a única posição favorável da Alemanha e de Portugal) isso traduziria notável vitória para Pequim cujas compensações contávamos recolher. Mas era preciso andar-se depressa para não nos atrasarmos entre os países ocidentais que viriam, cer-tamente, a seguir o mesmo caminho. Em conclusão: a mano-bra depois de iniciada era irreversível e tinha de ser feita con-victamente, com sinceridade" (Jardim, 1976, pp. 63-64).

Apesar da importância deste acto político-diplomático, num secretismo excessivo, a diligência de bastidores de Franco Nogueira não foi de forma alguma coordenada com os representantes diplomáticos portugueses no estrangeiro. Pelo contrário, as informações sobre a inici-ativa foram-lhes sonegadas. O que levou alguns diplomatas a afirmarem que a desconheciam ou a recorrerem um pouco à sua própria imaginação e criatividade político-diplomática para poderem responder às pergun-tas que lhes foram colocadas por colegas estrangeiros.

Assim, por exemplo, quando o cônsul-geral de Portugal em Hong Kong, Eduardo Conde, foi interpelado pelo seu homólogo brasileiro, Francisco de Borges Magalhães, sob o eventual reconhecimento portu-guês do regime de Pequim: "[r]espondi-lhe com verdade: que nada sabia nem oficial nem particularmente sobre o assunto"¹². Por sua vez, o en-carregado de negócios, interino, da missão permanente portuguesa jun-to da ONU, em Nova Iorque, António Patrício, teve que usar um pouco de espírito criativo para poder responder às solicitações que lhe foram colocadas sobre o assunto por colegas de outros países. Segundo António Patrício, quando foi abordado sobre a matéria, procurou "seguir, nome-

¹² Ministério dos Negócios Estrangeiros, "Ofício n.º 174/64 recebido do cônsul-geral de Portugal em Hong Kong, Eduardo Conde, para o ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, de 27 de Janeiro de 1964, p. 2", PEA M. 263, AHDMNE, Lisboa.

adadamente [em] relação [aos] americanos, [a] seguinte linha [de] argu-mentação: embora não haja confirmação alguma [da] notícia [que] tem circulado [que] vamos reconhecer brevemente [a] China Continental[,] julgo não haver motivos particulares [de] espanto se tal suceder[,] pois somos também [uma] nação asiática e todos ou quase todos países da-quele continente já reconheceram o governo de Pequim e somos neste momento [o] único país do mundo com fronteiras [com] aquele país que ainda não o fez. [A t]endência em África tem sido nesse sentido e [a] Europa está seguindo agora [o] mesmo caminho pelo que, tendo em conta [os] nossos interesses nacionais, certamente não poderemos ser dos últimos a estabelecer relações diplomáticas com Pequim"¹³. Por seu tur-no, o chefe da delegação portuguesa junto do Conselho do Atlântico Norte (DELNATO), embaixador Vasco Pereira da Cunha, só teve co-nhecimento da iniciativa através da imprensa internacional. De forma a poder preparar-se para encontros e reuniões no âmbito da OTAN, solici-tou para "ser informado na medida de possível sobre [a] nossa posição relativamente [ao] eventual reconhecimento [do] governo de Pequim"¹⁴. A omissão de informações aos diplomatas portugueses no estrangeiro visou essencialmente gerir de perto a iniciativa e evitar eventuais "fugas de informações" para além daquelas instigadas, propositadamente, pelo próprio chefe da diplomacia portuguesa e o seu gabinete.

ALGUNS FACTORES QUE CONTRIBUÍRAM PARA A ANUÊNCIA INICIAL DE SALAZAR

Que razões levaram Salazar a dar o seu beneplácito inicial, embora "reticente", à iniciativa de Franco Nogueira? O chefe de governo incli-nou-se inicialmente a favor da iniciativa de Franco Nogueira porque a China Continental vinha dando fortes indicações políticas que pretendia aproximar-se de Lisboa. Assim, para além de Pequim ter sacrificado os seus princípios ideológicos anti-imperialistas e anticolonialistas em re-

¹³ Ministério dos Negócios Estrangeiros, "Aerograma I-A recebido do encarregado de negócios, interino, da missão permanente portuguesa junto da ONU, em Nova Iorque, António Patrício, para o ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, de 24 de Janeiro de 1964, p. 1", PEA M. 263, AHDMNE, Lisboa.

¹⁴ Ministério dos Negócios Estrangeiros, "Telegrama n.º 16 enviado pelo chefe da delegação portuguesa junto do Conselho do Atlântico Norte (DELNATO), embaixador Vasco Pereira Cunha, para o ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, de 29 de Janeiro de 1964", PEA M. 263, AHDMNE, Lisboa.

lação a Macau, a Hong Kong e à Formosa/Taiwan por motivos pragmáticos relacionados com a sua própria sobrevivência e com a consolidação do regime, desde 1949, Mao Zedong tentou obter o apoio de Salazar para a organização de uma frente internacional de médias e pequenas potências ocidentais que desejavam afirmar a sua independência ou autonomia nacional em relação às tentativas hegemónicas dos EUA, no início do decénio de 1960. Numa tentativa para romper com os condicionalismos impostos por Washington, o regime de Mao Zedong concebeu a doutrina das duas "zonas intermédias" no sistema internacional com o objectivo primordial de contrariar a hegemonia americana. A "primeira zona inter-média" era constituída, obviamente, pelos países do Terceiro Mundo.

A "segunda zona intermédia" congregava médias e pequenas potências ocidentais que ambicionavam afirmar a sua independência e autonomia em relação aos EUA. A concepção teórica desta distinção ficou bem expressa no editorial do *Rénmín ribào* [*Diário de Notícias do Povo*], de 21 de Janeiro de 1963 (Yahuda, 1983, pp. 34-35).

Esta doutrina coadunava-se com as atitudes de grande hostilidade contra Washington por parte de vários dirigentes políticos ocidentais que estavam profundamente descontentes com a política hegemónica dos EUA. Por exemplo, o presidente francês Charles de Gaulle, padecendo do "complexo de Ialta", esforçou-se por estabelecer relações com outras potências que rivalizassem a liderança e a hegemonia americana do mundo Ocidental (Hinton, 1970, p. 124).

Por seu turno, o regime de Salazar estava profundamente agastado com a alegada falta de apoio americano à política colonial portuguesa. Na opinião dos principais dirigentes do regime, os EUA tinham manifestado grande falta de apoio e de solidariedade política para com Portugal durante a crise de Goa¹⁵, na sua abstenção na votação da resolução S/5380 do Conselho de Segurança da ONU que condenava a política colonial portuguesa em África, de 31 de Julho de 1963¹⁶, e pela sua

¹⁵ Os discursos proferidos por Salazar e os seus incondicionais apoiantes na Assembleia Nacional sobre a "invasão e ocupação de Goa pela União Indiana", nas sessões dos dias 3 e 4 de Janeiro de 1962, denotavam claramente uma atitude anti-americana por parte do regime. *Vide, Diário das sessões*, nos. 9 e 10 de 4 e 5 de Janeiro de 1962, respectivamente.

¹⁶ "A razão, o direito e a justiça continuam ausentes na ONU: o Conselho de Segurança aprovou moção afro-asiática com emendas da Venezuela, abstiveram-se de votar a França, a Inglaterra e os Estados Unidos", *Diário de Notícias*, ano 99, n.º 34 992 (1 de Agosto de 1963), pp. 1 e 2.

política intermédia em relação à resolução do "problema ultramarino" português (Amaral, 1994, pp. 57-58).

A intenção chinesa de avançar com a doutrina da "segunda zona intermédia" ganhou, porém, novo alento uns dias antes da assinatura formal do Tratado de Proibição de Testes Nucleares entre os EUA, a URSS e o RU, em 5 de Agosto de 1963. Com o desígnio de enfraquecer o novo regime internacional, o primeiro-ministro chinês, Zhou Enlai, enviou ao presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, uma nota formal sobre a questão, em 2 de Agosto de 1963¹⁷. A proposta era no sentido de se convocar uma conferência internacional de chefes de governo para denunciarem o acordo tripartido. Como a China Continental ainda não possuía armas nucleares, pretendia usar esta eventual conferência de chefes de governos para debilitar o regime internacional contra a proliferação e, desta forma, poder incrementar o rápido desenvolvimento do seu próprio arsenal nuclear. Embora Salazar optasse por não responder a Zhou Enlai, esta missiva condicionou-o, provavelmente, a conceder a autorização inicial, embora "reticente", a Franco Nogueira para prosseguir a sua iniciativa. O chefe do governo remeteu a Franco Nogueira a nota de Zhou Enlai, em 10 de Agosto de 1963.

里斯本

葡萄牙共和国总理安东尼奥·萨拉查博士

阁下：

1963年7月31日，中国政府发表声明，提出关于召开世界各国政府首脑会议讨论全面、彻底、干净、坚决地禁止和销毁核武器问题的建议。建议全文如下：

“中华人民共和国政府建议：

(一) 全世界所有国家，有核国家和无核国家，庄严宣布：全面、彻底、干净、坚决地禁止和销毁核武器。具体地说，就是：不使用核武器，不输出核武器，不输入核武器，不制造核武器，不试验核武器，不储存核武器，把世界上现有的一切核武器及其运载工具统统销毁，把世界上现有的一切研究、试验、生产核武器的机构统统解散。

(二) 为逐步履行上述义务，首先采取下列措施：

甲、撤除在国外的一切军事基地，包括核基地在内；撤回在国外的一切核武器及其运载工具。

乙、建立包括美国、苏联、中国、日本在内的亚洲和沿太平洋地区的无核武器区，建立中欧无核武器区，建立非洲无核武器区，建立拉丁美洲无核武器区，拥有核武器的国家对每一个无核武器区都承担相应的义务。

- 1 -

丙、不得以任何形式输出和输入核武器和制造核武器的技术资料。

丁、停止一切核试验，包括地下核试验在内。

(三) 召开世界所有国家的政府首脑会议，讨论全面禁止和彻底销毁核武器问题以及为逐步实现全面禁止和彻底销毁核武器而采取上述四项措施的问题。”

鉴于世界人民要求免除核战争的威胁、要求维护世界的和平和安全的迫切愿望，中国政府真诚地希望，这个建议能够得到贵国政府的有利考虑和积极响应。

顺致崇高的敬意。

中华人民共和国国务院总理



1963年8月2日于北京

- 2 -

¹⁷ Ministério dos Negócios Estrangeiros, "Nota formal do primeiro-ministro chinês, Zhou Enlai, para o presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, de 2 de Agosto de 1963" in Cap.^a "Relações políticas com a China Popular, 1964", PEA-

A segunda razão que levou Salazar a dar o seu beneplácito à inicia-tiva de Franco Nogueira foi, verosimilmente, a proposta para a celebra-ção de um acordo tácito entre Pequim e Lisboa relativamente à África lusófona, na primeira semana de Janeiro de 1964. Por sugestão de Ho Yin [He Xian], chefe da elite tradicional chinesa de Macau alinhada com a China Continental, vogal do Conselho Legislativo do enclave e "convidado especial" da Conferência Política Consultiva do Povo Chi-nês, "Portugal *recuava* mas continuava em África... com a ajuda da China comunista" (Lopes dos Santos, 1994, p. 359). Caso fosse levada avante, a proposta de Ho Yin [He Xian] resultaria no esvaziamento, se não mes-mo no colapso, de uma das principais fontes de apoio externo aos movi-mentos independentistas da África lusófona e poderia contribuir para a atenuação da pressão do bloco afro-asiático sobre Portugal. Por outras palavras, o regime de Salazar conseguiria reduzir, plausivelmente, a ní-veis de baixa intensidade as acções dos movimentos de libertação nas colónias portuguesas africanas. Atendendo que estes movimentos eram ainda bastante incipientes no terreno e que a sua sobrevivência se devia essencialmente aos apoios que conseguiam obter no exterior, esta pro-posta poderia constituir um sério revés político aos movimentos inde-pendentistas lusófonos. Por outro lado, um eventual entendimento so-bre a África lusófona permitiria, provavelmente, reduzir a pressão polí-tico-diplomática do bloco afro-asiático sobre o regime de Salazar¹⁸. Pe-

-Confidenciais M. 20, AHDMNE, Lisboa. Este documento é de grande significado político, pois o regime de Salazar nunca reconheceu nem manteve relações diplomáti-cas formais com a República Popular da China, desde a sua fundação em 1 de Outu-bro de 1949. Por outro lado, esta era a primeira vez que um alto dirigente chinês tentava contactar directamente Salazar. Anteriormente, Zhou Enlai tinha-se limitado a remeter duas notas diplomáticas à legação de Portugal na China. A primeira infor-mava que o Comité Central do Partido Comunista Chinês tinha aprovado uma resolu-ção que declarava inválidos e cancelados todos os tratados e acordos negociados e celebrados entre o governo do *Guomindang* e potências estrangeiras, de 1 de Fevereiro de 1947 (Fernandes, 2000b, p. 45). A segunda remetia a proclamação do estabeleci-mento da República Popular da China, proferida por Mao Zedong na praça de Tiananmen, em 1 de Outubro de 1949, e informava que o novo regime chinês estava disposto a estabelecer relações diplomáticas com outros Estados numa base equitativa (Fernandes, 2000b, pp. 71 e 549-551).

¹⁸ Após a cimeira da OUA de 1963, vários governos conservadores africanos romperam relações diplomáticas e comerciais com Portugal, sendo de destacar o Egipto (República Árabe Unida), Camarões, Etiópia, Madagáscar, Tunísia, Guiné-Conacri e o Senegal, entre outros.

quim poderia usar o seu prestígio junto deste bloco para moderar as suas posições belicosas contra o regime de Salazar e a sua política colonial¹⁹.

Estas duas últimas situações poderiam ter vários reflexos positi-vos para o regime de Salazar. Primeiro, poderiam contribuir para a mitigação do crescente isolamento internacional de Portugal no domínio político-diplomático²⁰. Segundo, permitiria a Salazar cuidar de vários problemas como Henrique Galvão e Humberto Delgado, entre outros, que concorriam para dar uma péssima imagem internacional do regime.

Finalmente, Salazar ainda estava profundamente magoado com a invasão de Goa pela Índia. Sabendo que a China venceu a luta fronteiriça contra a Índia e só retirou as suas tropas do território indiano por sua livre vontade, em 1959 e 1962 (Whiting, 1975, pp. 1 e 10-12; Roy, 1998, p. 25), Lisboa considerava de bom alvitre aliar-se com o vencedor dos seus inimigos, com o desígnio de casualmente cooperarem, explícita ou implicitamente, na destabilização do regime de Nova Deli.

A REACÇÃO DAS MISSÕES DIPLOMÁTICAS ESTRANGEIRAS EM LISBOA

A notícia publicada no diário nova iorquino percorreu o mundo. As agências noticiosas e a imprensa internacional fizeram grande divulgação dela. Por exemplo, a Rede de Radiodifusão da *NBC*, dos EUA, anunciou no dia 24 de Janeiro de 1964 que os governos do México, Bélgica e Portugal iam associar-se ao governo francês no reconhecimento do regime de Pequim²¹.

¹⁹ Sobre o crescente isolamento internacional de Portugal devido à sua política colonial *vide* Pinto, 1999, pp. 52-58, e Leonard, 1999, pp. 44-46.

²⁰ Com o início da luta armada em Angola em 1961, a política colonial do regime de Salazar passou a ser condenada com uma certa veemência, tanto a nível bilateral, como a nível multilateral. Por exemplo, vários regimes políticos deram início a processos de redução de relações diplomáticas com Portugal, tendo alguns retirado os seus representantes diplomáticos em Lisboa ou chamado para consultas os seus embaixadores e ministros às suas respectivas capitais, duas formas de manifestarem a sua discordância da conduta do regime português.

²¹ Ministério dos Negócios Estrangeiros, "Telegrama n.º 31 do ministro Meneses Rosa da embaixada de Portugal em Washington para o ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, de 24 de Janeiro de 1964", PEA M. 263, AHDMNE, Lisboa.

A reacção de vários dirigentes europeus foi, também, favorável à iniciativa de Franco Nogueira. Paul-Henri Spaak²², ministro belga dos Negócios Estrangeiros, numa entrevista concedida à Rádio Nacional do seu país afirmou que o possível reconhecimento de Pequim por parte de Portugal até "se explica pelo interesse particular" que Lisboa tinha pela China Continental "por causa de Macau"²³.

A grande cobertura dada na comunicação social internacional ao incerto reconhecimento português do regime de Pequim, provocou a reacção de várias missões diplomáticas estrangeiras acreditadas junto do governo português. O embaixador da República da China (Formosa/Taiwan) em Lisboa, Wang Huazheng [Wang Hua-cheng]²⁴, solicitou uma audiência formal ao secretário-geral do ministério dos Negócios Estrangeiros, José Luís Archer, para abordar o assunto, no dia 20 de Janeiro de 1964. O representante diplomático formosino pretendia ser informado acerca da veracidade da notícia publicada no *New York Times* sobre o eventual reconhecimento português do regime de Pequim. José Luís Archer, procurou "deixar-lhe a impressão de que estava a estudar o assunto com a possível hipótese afirmativa"²⁵.

Entretanto, numa tentativa para tirar alento político à iniciativa de Franco Nogueira e persuadir a imprensa portuguesa a apoiar o regime

²² Paul-Henri Spaak foi primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros da Bélgica, entre 20 de Março de 1947 e 11 de Agosto de 1949, secretário-geral da **OTAN**, entre 1957 e 1961, e ministro dos Negócios Estrangeiros do seu país no decénio de 1960.

²³ Ministério dos Negócios Estrangeiros, "Telegrama n.º 12 enviado pelo embaixador de Portugal em Bruxelas, Eduardo Borges Vieira Leitão, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, de 27 de Janeiro de 1964", PEA M. 263, AHDMNE, Lisboa.

²⁴ O mais antigo chefe do corpo de missões diplomáticas estrangeiras acreditado junto do governo português. Encontrava-se reconhecido junto do governo português desde 30 de Agosto de 1947. Aliás, foi um dos negociadores chineses do tratado luso-chinês, por troca de notas, referente aos regimes de extraterritorialidade e conexos, celebrado, no ministério chinês dos Negócios Estrangeiros, no dia 1 de Abril de 1947. O governo português nunca alterou o estatuto de "enviado extraordinário e ministro plenipotenciário" deste diplomata, mesmo após a entrada em vigor do novo regime internacional de direito diplomático, a *Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas*, em 24 de Abril de 1964, a nível multilateral, e em 11 de Outubro de 1968, em Portugal (MNE, 1973, p. 1).

²⁵ Ministério dos Negócios Estrangeiros, "'Apontamento' de conversa entre o secretário-geral do ministério dos Negócios Estrangeiros, José Luís Archer, e o ministro da China em Lisboa, Wang Huazheng, de 20 de Janeiro de 1964", PEA M. 263, AHDMNE, Lisboa.

do generalíssimo Chiang Kai-shek [Jiang Jieshi], o Gabinete de Comunicação Social do governo da Formosa/Taiwan, publicou, em Taipei, e distribuiu em Lisboa uma pequena monografia de propaganda, de 47 páginas, em português, altamente favorável ao regime do *Guomindang*, em 23 de Janeiro de 1964²⁶. Intitulado *A China Livre de hoje*, de autoria do jornalista Morais Cabral, chefe dos serviços do estrangeiro e comentador internacional do *Diário de Notícias*, para além, de exaltar o regime formosino, este trabalho relatava o encontro com o ministro dos Negócios Estrangeiros da Formosa/Taiwan, Shen Chang-huan. Este destacado político "referiu-se com admiração a Salazar, salientando a sua presença há muitos anos à frente do governo português" (Cabral, 1964?, p. 40).

No dia de regresso a Lisboa de Franco Nogueira, a 24 de Janeiro de 1964, o chefe da diplomacia portuguesa recebeu em audiência o embaixador dos EUA, em Lisboa, almirante George W. Anderson, a pedido deste. A política colonial portuguesa em África e o eventual reconhecimento português do regime de Pequim foram os temas abordados durante o encontro. O embaixador americano informou o chefe da diplomacia portuguesa que o governo dos EUA apoiava a posição do secretário-geral da ONU, U Thant, relativamente à questão da autodeterminação da África. Ao mesmo tempo, exortou o governo português a orientar-se de forma idêntica para enfraquecer a unidade africana em torno da questão colonial portuguesa e da África do Sul. Segundo o embaixador americano, Portugal poderia fazer uma declaração geral de intenções a afirmar o seu apoio à autodeterminação. O governo americano prontificaria-se a fazer, também, uma declaração pública a apoiar a posição portuguesa em relação ao assunto e manifestar-se-ia publicamente contra quaisquer ataques às colónias portuguesas em África. Numa tentativa para persuadir o governo português a ceder, o embaixador avisou Franco Nogueira que o investimento estrangeiro em Portugal diminuiria caso continuassem a pairar incertezas sobre o futuro das colónias portuguesas.

O segundo grande tema desta audiência foi, porém, "os rumores de que Portugal iria reconhecer o governo de Pequim, à semelhança do que se propunha a França". O embaixador americano avançou três razões básicas contra o reconhecimento do regime de Mao pela França. Primeiro, Pequim agredira a Coreia; segundo, milhares de americanos tinham

²⁶ "A China Livre de hoje numa reportagem de Morais Cabral", *Diário de Notícias*, ano 100, n.º 35 163 (23 de Janeiro de 1964), p. 2.

sucumbido na luta contra a invasão chinesa; terceiro, "era politicamente desavisado e moralmente indefensável reconhecer neste momento a Chi-na de Pequim"²⁷. A mensagem era simples e clara: o governo português não deveria comportar-se como o regime de Charles de Gaulle. Para re-forçar a sua posição, o embaixador Anderson recordou a Franco Nogueira que os "amigos de Portugal" nos EUA — nomeadamente, os meios militares e a opinião pública — "todos ficariam numa situação embaraçosa, e como haveriam de continuar a bater-se por nós?"²⁸.

A resposta de Franco Nogueira foi algo contundente. Embora reconhecesse que os militares americanos se tivessem batido na Coreia pela defesa do princípio da não agressão, argumentou que eles também actuaram para defenderem interesses americanos. Na opinião do chefe da diplomacia portuguesa, o reconhecimento de Pequim não afectaria estes princípios nem os interesses americanos. Feria sim, os sentimentos americanos. Porém, Portugal pouco poderia fazer porque os seus sentimentos foram também feridos pela falta de solidariedade do Ocidente, em especial dos EUA e do Reino Unido, no caso de Goa. Apesar da agressão e da ocupação de Goa pela Índia, Franco Nogueira, lembrou ao embaixador Anderson que o governo americano divulgou um comunicado, 48 horas após a queda de Goa, a reiterar que as relações americano-hindús e o programa americano de ajuda à Índia não seriam afectados e que o presidente J.F. Kennedy realizou uma visita a Nova Deli, quinze dias depois, para conferenciar com Nehru. O embaixador Anderson não contestou as afirmações proferidas.

Porém, Franco Nogueira prosseguiu com a sua exposição afirmando que desconhecia as razões que levavam a França a reconhecer Pequim. Portugal tinha, contudo, razões bem válidas. De acordo com o delfim de Salazar: "Macau, comércio, trânsito de pessoas e bens, etc. — tudo eram motivos plausíveis para reconhecermos a China continental"²⁹. Embora admitisse que o estabelecimento de relações com Pequim "pudesse embaraçar os nossos amigos nos Estados Unidos", arrematou, todavia, que eram muito pouco "eloquentes" e que deveriam esforçar-se em salientar

²⁷ Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, "'Apontamento confidencial do ministério dos Negócios Estrangeiros' referente à conversa entre o ministro Franco Nogueira e o embaixador dos EUA, George W. Anderson, de 24 de Janeiro de 1964", AOS/CO/NE-30B, Pt. 36, fl. 207, IAN/TT, Lisboa.

²⁸ *Ibid.*

²⁹ *Ibid.*, fl. 210.

a política contraditória do governo dos EUA em relação a Portugal, em vez de criticarem o regime de Salazar³⁰.

A orientação preconizada por Franco Nogueira foi reforçada com a divulgação da notícia do estabelecimento de relações diplomáticas entre Paris e Pequim, em 27 de Janeiro de 1964³¹. O clima internacional que se gerou então era altamente favorável ao reconhecimento de Pequim.

Quatro dias após o reconhecimento do regime de Pequim por parte da França, o embaixador da Áustria em Lisboa, Rudolf Ender, solicitou uma audiência ao director-geral, interino, dos Negócios Políticos do ministério português dos Negócios Estrangeiros para abordar o assunto. José Manuel Fragoso, o número três na hierarquia do Palácio das Necessidades, limitou-se a informar o chefe da missão austríaca em Lisboa que "não previa que algum gesto espectacular estivesse iminente"³², por parte da diplomacia portuguesa.

No mesmo dia, o conselheiro da embaixada da França em Lisboa, Maurice Merllié, foi recebido pelo chefe da secção dos Negócios Políticos Ultramarinos do ministério dos Negócios Estrangeiros, Soares de Oliveira, para trocarem opiniões acerca das declarações do ministro belga dos Negócios Estrangeiros, Paul-Henri Spaak, sobre o eventual reconhecimento português do regime de Pequim e as consequências do périplo pelo continente africano do primeiro-ministro chinês, Zhou Enlai, entre outros assuntos. Relativamente ao eventual reconhecimento português do regime de Mao Zedong, Soares de Oliveira informou o conselheiro da embaixada francesa "que tanto quanto eu podia compreender essas notícias enquadravam-se naturalmente no campo dos desenvolvimentos possíveis e revelavam um certo interesse à volta de uma ideia a que não faltava fundamento lógico"³³.

³⁰ Ibid., fl. 211.

³¹ "Um facto sensacional: Paris reconhece Pequim", *Diário de Notícias*, ano 100, n.º 35 n.º 35 168 (28 de Janeiro de 1964), p. 1.

³² Ministério dos Negócios Estrangeiros, "Apontamento de conversa com o embaixador da Áustria em Lisboa, Rudolf Ender, do embaixador José Manuel Fragoso, director-geral, interino, dos Negócios Políticos do ministério português dos Negócios Estrangeiros, de 29 de Janeiro de 1964", PEA M. 263, AHDMNE, Lisboa.

³³ Ministério dos Negócios Estrangeiros, "'Apontamento' de conversa entre o chefe da secção dos Negócios Políticos Ultramarinos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Soares de Oliveira, e o conselheiro da embaixada de França em Lisboa, Maurice Merllié, de 29 de Janeiro de 1964, p. 1", PEA M. 263, AHDMNE, Lisboa.

Por outro lado, na audiência concedida ao embaixador do Japão em Lisboa, Kenkichi Yoshida, no Palácio das Necessidades, em 31 de Janeiro de 1964, o chefe da diplomacia portuguesa voltou a reiterar a sua posição. Todavia, quando o embaixador nipónico afirmou que o gesto de Charles de Gaulle relativamente a Pequim dividia a unidade ocidental, argumento partilhado por certos sectores da extrema direita portuguesa e pelos EUA, Franco Nogueira foi peremptório: "que a desunião era já existente, e o gesto francês era mais um resultado do que uma causa"³⁴.

O próprio embaixador de Portugal no Rio de Janeiro, também, chegou a acreditar que o estabelecimento de relações entre Portugal e a China estava para muito perto. No encontro com os órgãos de comunicação social brasileiros, após o seu regresso ao Rio de Janeiro, em 31 de Janeiro de 1964, João de Deus Battaglia Ramos declarou que:

"Portugal aprecia com muito interesse e sem paixão o reconhecimento da China pela França, e se empenha em ver resolvido favoravelmente o ingresso da China comunista na ONU. As autoridades portuguesas estudam com carinho o assunto, tendo em vista harmonizar a situação da província de Macau, encravada em território chinês"³⁵.

A evolução da conjuntura político-diplomática concedeu campo de manobra suficiente a Franco Nogueira para responder com uma certa segurança e optimismo a uma pergunta colocada por um jornalista durante a conferência de imprensa, que decorreu no Palácio das Necessidades, em 4 de Fevereiro de 1964:

"Eu tenho conhecimento, evidentemente, dos rumores que têm ocorrido sobre um eventual reconhecimento do governo de Pequim por parte do governo português. Estes rumores não são novos; de tempos a tempos têm surgido notícias semelhantes. E compreende-se que essas notícias possam realmente surgir e encontrar eco a sua difusão. Nós todos temos presen-

³⁴ Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, "Apontamento do ministério dos Negócios Estrangeiros Negócios Estrangeiros' referente à conversa entre o ministro Franco Nogueira e o embaixador do Japão, Kenkichi Yoshida, de 31 de Janeiro de 1964", AOS/CO/NE-30B, Pt. 37, fl. 214, IAN/TT, Lisboa.

³⁵ "Portugal também quer a China comunista na ONU", O Dia [Rio de Janeiro], (1 de Fevereiro de 1964), pp. 1 e 7.

tes no espírito a existência de Macau e as relações de facto, perfeitamente correctas, que dessa circunstância resultam en-tre as autoridades portuguesas e as autoridades chinesas vizi-nhas. Por outro lado, existe trânsito substancial de pessoas nos dois sentidos através da fronteira; e existe também uma circu-lação de bens. Recentemente, na mesma linha anterior, novos rumores foram acolhidos na imprensa, tanto nacional como internacional; e até a esse respeito um certo número de co-mentários e sugestões foram feitas pelos órgãos de informação, também nacionais como estrangeiros. Talvez tenha contribuí-do para esse facto a circunstância de um grande país do Oci-dente [, a França], amigo e aliado de Portugal, ter tomado sobre o assunto, recentemente, a decisão que todos conhecem. É evidente que nós não poderemos deixar de dizer e de afir-mar, consoante aliás é opinião generalizada, que a China Con-tinental constitui uma realidade poderosa, que num momento ou noutro, que parecer oportuno, não poderá deixar de ser ad-mitida na vida da comunidade internacional. Mas estaremos aí perante um acto de máxima seriedade, que envolve, como se calcula, múltiplas e profundas implicações, e antes que esse acto se materialize torna-se indispensável que todas essas múl-tiplas e profundas implicações sejam atentamente ponderadas" (MNE, 1964, p. 1)³⁶.

Em suma, a reacção dos meios diplomáticos acreditados junto do governo português foram, em termos genéricos, pouco favoráveis ao re-conhecimento de Pequim. Contudo, aliados importantes como a Alema-nha, a Espanha, o Reino Unido e o Brasil não reagiram à iniciativa de Franco Nogueira.

DIVISÃO NA IMPRENSA PORTUGUESA

A imprensa portuguesa da época dividiu-se em duas linhas editoriais. Em termos gerais, a imprensa oficial e oficiosa do regime (o *Diário da Manhã* e *A Voz*) insurgiu-se veladamente contra a iniciativa, advo-

³⁶ "O Presidente do Conselho vai responder a uma carta que lhe enviou Khrushchev — revelou ontem aos jornalistas o Ministro dos Negócios Estrangeiros", *A Voz*, ano 38, n.º B 176 (5 de Fevereiro de 1964), p. 6.

gando a política das "duas Chinas", enquanto os órgãos de informação "aparentemente independente" (o *Diário Popular* e o *Jornal do Comércio*) e da "oposição moderada"³⁷ (o *Diário de Lisboa* e a *República*) manifesta-ram-se favoráveis à iniciativa patrocinada por Franco Nogueira.

Ao contrário da imprensa internacional, a reacção da imprensa por-tuguesa, todavia, só se começou a observar quatro dias após a publicação do "balão de ensaio" de Franco Nogueira, no diário nova iorquino. O facto da censura ter permitido a publicação de editoriais e artigos sobre o tema indicava um certo interesse de alguns círculos oficiais em ali-mentar um debate em torno desta matéria.

Noberto Lopes, director do *Diário de Lisboa*, publicou um editorial, na edição do dia 21 de Janeiro de 1964, em que apoiava a orientação preconizada no artigo do *New York Times*. O articulista argumentava que "[a]s relações entre Macau e as autoridades da China Continental, se não podem considerar-se cordiais, dado o antagonismo das ideologias políticas que enformam os dois Governos, também não se pode dizer que sejam inamistosas". Lembrava que Macau desfrutava de um consi-derável tráfico comercial com os regimes de Mao Zedong e Chiang Kai-shek [Jiang Jieshi] e que as agremiações nacionalistas e comunistas chi-nesas conviviam em Macau. Acrescentava, ainda que o reconhecimento em breve por parte da França do regime de Pequim constituía como que um estímulo para o eventual reconhecimento português. Também, adi-antava que o assunto tinha recebido uma grande atenção junto da im-prensa internacional. Neste âmbito, Norberto Lopes defendia que: "não existem, com efeito, interesses antagónicos entre Portugal e o Governo de Pequim. Poder-se-iam muito bem estabelecer relações entre eles sem deixar de manter a nossa representação diplomática na China nacionalis-ta"³⁸. E argumentava que a persistência dos EUA em manter a sua hosti-lidade patente quanto aos problemas coloniais de Portugal "também nos obrigava, necessariamente, a seguir uma política contrária aos nossos interesses, se reconhecêssemos que havia qualquer vantagem em estabe-lecer relações diplomáticas com o governo de Pequim"³⁹. Como é de

³⁷ Para uma análise dos alinhamentos políticos dos principais órgãos da impren-sa portuguesa da época *vide* José Tengarrinha, 1999, p. 246.

³⁸ Norberto Lopes, "Política realista", *Diário de Lisboa*, ano 43, n.º 14 763 (21 de Janeiro de 1964), p. 1.

³⁹ *Ibid.*

conhecimento geral, as opiniões deste matutino nem sempre coincidiam com as do governo.

Por seu turno, no dia seguinte o vespertino *República*, publicou um editorial em que apoiava inteiramente a intenção do governo francês reconhecer o regime de Pequim. Na opinião deste diário da oposição democrática, era notável o dissídio entre Washington e Paris relativa-mente ao reconhecimento, porém a França estava mais próxima dos "ven-tos da História", pois "a China é um dos mais vastos, dos mais invejáveis e rendosos mercados do mundo"⁴⁰.

Em 24 de Janeiro de 1964, o arqui-conservador diário católico *A Voz*, publicou um editorial a advogar o reconhecimento do regime de Pequim, mas dentro do princípio das "duas Chinas". Redigido pelo di-rector e editor Pedro Correia Marques, defendia o reconhecimento das "duas Chinas", posição que era rejeitada liminarmente por Pequim, Taibei e Washington. Aliás, todo o editorial era no sentido de contradizer as alegadas posições hostis da administração Kennedy em relação à política colonial portuguesa. Jocosamente, o articulista questionava: "[d]esgostaria os Estados Unidos que Portugal o fizesse [o reconhecimento de Pequim]?! E que tem a política americana feito para não desgostar e prejudicar Portugal?!"⁴¹

Por seu turno, o jornalista José de Freitas⁴², do *Diário Popular*, pu-blicou um editorial de teor subtil e próximo de certos sectores modera-dos do regime, a apelar para o reconhecimento de Pequim, no dia 24 de Janeiro de 1964. Na opinião deste jornalista, Portugal nunca teria pros-trado e feito guerra à China e recordava que a política portuguesa em Macau se tinha orientado sempre na mais estreita neutralidade. Por esta razão, opinava que: "Portugal, nação com interesses no Extremo Oriente

⁴⁰ "Primeira página: acertou ou não?", *República*, ano 53, 2.^a série, n.º 11 683 (22 de Janeiro de 1964), p. 1.

⁴¹ Pedro Correia Marques, "Das ideias & dos factos: o colosso chinês", *A Voz*, ano 37, n.º 13 164 (24 de Janeiro de 1964), p. 1.

⁴² Este jornalista estava particularmente bem informado acerca da China, do Extremo Oriente e da presença portuguesa na região. Publicou vários livros sobre esta parte do mundo, sendo de destacar: *Chang Kai-chek* e *A China antiga e moderna*, ambos em 1941; *A batalha do Extremo Oriente*, em 1942; *O imperialismo japonês* e *O plano secreto japonês para a conquista do mundo: memorando Tanaka*, ambos em 1944; e, *Terras portu-guesas do Oriente*, em 1953. Por outro lado, tinha acompanhado o ministro do Ultra-mar, Sarmento Rodrigues, no seu périplo pelas colónias portuguesa na Ásia e na Oceania, em 1952.

—Macau é uma das mais belas províncias—não descurará as realidades da vida internacional e com elas a sua soberania"⁴³.

A 28 de Janeiro de 1964, a imprensa portuguesa reagiu à notícia veiculada pelos grandes órgãos de informações internacionais relativa-mente ao reconhecimento do regime de Mao Zedong por Charles de Gaulle. Mais uma vez, voltaram a espelhar-se divisões na imprensa por-tuguesa, reflectindo, em parte, as sensibilidades existentes no seio do regime e da oposição democrática em relação ao eventual reconheci-mento português. O diário *A Voz*, de Lisboa, enquadrou a notícia no âmbito dos seus ataques contra os EUA por esta favorecer uma solução negocia-da para a questão colonial portuguesa. Pedro Correia Marques voltou a defender a adopção de uma política de "duas Chinas" baseando-se no facto que o governo da Formosa/Taiwan não tinha cortado relações com o Reino Unido quando Londres reconheceu unilateralmente o regime de Pequim, em 6 de Janeiro de 1950. Este articulista chegou a vaticinar, aliás, erroneamente, que a Formosa não cortaria relações com a França, apesar desta ter reconhecido Pequim. Lamentava, porém, que "...a fide-lidade com que Taiwan serviu os chamados ocidentais não merecia que a deitassem fora como um limão já espremido..."⁴⁴.

Por seu turno, o *Diário da Manhã*, órgão da União Nacional, em-bora não questionasse o direito da França em estabelecer relações com quem entendesse, lamentou o acto e classificou-o de "absurdo", pois o "reconhecimento do regime de Pequim" contribuiria para "o repúdio do regime de Taibei, que exerce uma soberania efectiva sobre o territó-rio da Formosa". Assim, insurgia-se disfarçadamente contra a decisão de Paris, pois não resultava de uma "atitude colectiva" dos países Oci-dentais, mas duma decisão unilateral francesa que constituía "uma di-vergência [com os EUA] em terreno de tanto melindre e tão capital importância". Por outro lado, o reconhecimento francês teria inevitavel-mente repercussões a nível da ONU. A decisão francesa concorreria para que vários Estados africanos francófonos eventualmente constituíssem um bloco significativo favorável à adesão da China à ONU. Esta situa-ção, poderia ajudar o regime de Pequim a substituir o de Taibei no Conse-

⁴³ José de Freitas, "Coexistência pacífica, neutralidade e o mais que se aconselhar", *Diário Popular*, ano 22, n.º 7 644 (24 de Janeiro de 1964), p. 6.

⁴⁴ Pedro Correia Marques, "Das ideias & dos factos: facto consumado", *A Voz*, ano 37, n.º 13 168 (28 de Janeiro de 1964), p. 5.

lho de Segurança, o que na opinião deste editorial constituiria um "pro-blema grave"⁴⁵.

Este matutino continuou a perfilar-se contra o reconhecimento francês e, de forma indirecta, contra eventuais tentativas portuguesas. No editorial publicado no dia seguinte, este diário reconhecia que tanto Pequim como Taibei rejeitavam o "conceito da dualidade da China", isto é, o princípio das "duas Chinas" e que divergiam relativamente ao critério da legitimidade. Porém, o autor do editorial defendia que "a existência de duas Chinas é um facto irrecusável", apontando como sendo necessário "manter" com Pequim e com Taibei "relações normais"⁴⁶. Por outras palavras, este diário inclinava-se no sentido de se estabelecerem relações com ambos os Estados, situação que resultaria inevitavelmente num impasse visto que ambos os regimes políticos se opunham resolutamente à política das "duas Chinas".

Sob o pretexto de comentar a decisão francesa e apelando ao "culto da civilidade" nas relações internacionais, este matutino voltou a publicar um extenso editorial sobre o tema, no dia 3 de Fevereiro. O texto criticava a "subtileza" das palavras proferidas pelo presidente Charles de Gaulle relativamente ao reconhecimento do regime de Pequim e à doutrina ocidental das duas Chinas e questionava se o "pensamento" "jacobino" do chefe de Estado francês se coadunava com a "concepção que fundamenta a ordem na negação dos direitos humanos e na submissão a um poder que é o próprio arbítrio?". Embora não pusesse em causa o direito da França em estabelecer relações diplomáticas com quem entendesse, este diário defendia que a política de Charles de Gaulle tinha ido "longe de mais e que começa a pisar terreno escorregadio". E concluía "deplorando" a política de "reconciliação" do Ocidente⁴⁷. Por outras palavras, certos sectores da extrema direita portuguesa opunham-se com grande veemência ao reconhecimento do regime de Pequim, chegando, paradoxalmente, a partilhar das mesmas razões invocadas pelos EUA para a recusa do estabelecimento de relações diplomáticas entre Lisboa e Pequim.

⁴⁵ "Nota internacional: uma decisão histórica", *Diário da Manhã*, ano 33, n.º 11 686 (29 de Janeiro de 1964), p. 3.

⁴⁶ "Nota internacional: a China e as Chinas", *Diário da Manhã*, ano 33, n.º 11 687 (30 de Janeiro de 1964), p. 7.

⁴⁷ "Nota internacional: o culto da civilidade", *Diário da Manhã*, ano 33, n.º 11 691 (3 de Fevereiro de 1964), p. 1.

Em contraste, a imprensa da oposição democrática continuava a partilhar duma opinião contrária. O vespertino *República*, que já anteriormente se tinha pronunciado favoravelmente sobre a posição francesa, defendeu na edição de 4 de Fevereiro de 1964 que a nova política francesa em relação a Pequim, poria "fim" à "ficção, que durava desde 1949, no sentido que o Governo do marechal Chiang Kai-shek [Jiang Jieshi], estabelecido na ilha Formosa, continuaria a incarnar a China, quando é certo que desde aquela data não exerce qualquer direcção na China Continental"⁴⁸.

Porém, a 13 de Fevereiro de 1964, o arqui-conservador *Diário da Manhã*, voltou a pronunciar-se sobre o rompimento formal de relações entre Paris e Taibei, que tinha ocorrido no dia 11. A "Nota internacional" deste matutino, chamava à atenção que "em Pequim e em Taibei funcionam dois Governos independentes que exercem uma soberania plena sobre áreas definidas e estáveis. Há, na realidade, dois Estados e o argumento que se emprega é válido para um e outro caso". O articulista concluiu o artigo afirmando que era perceptível o dissídio entre Paris e Washington. Porém, reconheceu que o corte de relações entre Paris e Taibei não tinha "directas consequências apreciáveis"⁴⁹.

Franco Nogueira interpretou este último editorial como sendo "sin-tomático" e "revelador" da oposição "de elementos de extrema-direita". E, acrescentou que Salazar "deve ter-se assustado com a atitude dos ex-tremistas; e extinguiu a luz verde que me havia dado" (1987, p. 89).

Em resumo, a imprensa ultraconservadora portuguesa, nomeadamente o *Diário da Manhã*, advogava a política das "duas Chinas". Ora, esta postura tinha repercussões a dois níveis. Primeiro, tanto Pequim como Taibei rejeitavam liminarmente aquela política. Segundo, este matutino alertava para um eventual recrudescimento no complexo cis-ma entre Lisboa e Washington. Porém, esse dissídio já existia desde 1961, com o golpe falhado de Botelho Moniz, em Abril de 1961 (Venkataramani, 1991, pp. 1-23), a ausência de solidariedade anglo-saxónica e americana durante a crise de Goa, em Dezembro do mesmo ano, e a pressão política exercida pela administração do presidente J.F.

⁴⁸ "A China de Mao Zedong que a França de De Gaulle reconheceu", *República*, ano 53, 2.^a série, n.º 11 875 (4 de Fevereiro de 1964), p. 5.

⁴⁹ "Nota internacional: Pequim e Taibei", *Diário da Manhã*, ano 33, n.º 11 700 (13 de Fevereiro de 1964), p. 1.

Kennedy para encontrar uma solução política negociada para a questão colonial portuguesa, em 1963.

A imprensa portuguesa de Macau não divulgou o rumor propalado na imprensa internacional nem reagiu a nenhum dos editoriais publica-dos em Lisboa. O oficioso *Notícias de Macau* limitou-se a reproduzir na íntegra o editorial de José de Freitas, do *Diário Popular*, de Lisboa, na edição de 30 de Janeiro de 1964⁵⁰. Este artigo reflectia o interesse latente da administração portuguesa local em ver estabelecida relações com a China Continental com o desígnio de reduzir o "excessivo" poder da elite tradicional chinesa de Macau alinhada com Pequim nos domínios político, económico, comercial, financeiro e associativo no enclave, no seio da própria administração portuguesa e nas relações luso-chinesas oficiosas que eram conduzidas através do território.

O CANCELAMENTO DA INICIATIVA

Franco Nogueira voltou a receber em audiência o embaixador Anderson, mas já na qualidade de um político derrotado, em 14 de Fevereiro de 1964. Após terem abordado assuntos referentes a Chipre e à África, Anderson mostrou um *telex* a Franco Nogueira. Neste despacho era afirmado que estavam a ter lugar conversações em Macau para o reconhecimento de Pequim e que o único obstáculo nas negociações era o alegado interesse português em "pretender preservar as suas relações com a Formosa"⁵¹. Franco Nogueira rejeitou as afirmações do embaixador e replicou que "...Taipé [Taibei]: sempre falava e votava contra nós no Conselho de Segurança: que mais do que isso poderia fazer o delegado de Pequim?". Anderson respondeu que o problema não era esse, mas sim a abertura de uma embaixada de Pequim em Lisboa e de consulados em Luanda e Lourenço Marques. Franco Nogueira reconheceu essa eventual realidade, mas afirmou que não deixava "atemorizado" o governo português, pois: "Embaixadas e Consulados ocidentais havia cuja actividade era infinitamente mais perigosa". Anderson pediu explicações e Franco

⁵⁰ José de Freitas, "Coexistência pacífica, neutralidade e o mais que se aconselhar", *Notícias de Macau*, ano 17, n.º 4 860 (30 de Janeiro de 1964), pp. 5 e 4.

⁵¹ Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, "'Apontamento do ministério dos Negócios Estrangeiros' referente à conversa entre o ministro Franco Nogueira e o embaixador dos EUA, George Anderson, de 14 de Fevereiro de 1964", AOS/CO/NE-30B, Pt. 38, fl. 219, IAN/TT, Lisboa.

Nogueira respondeu: "que estamos a par do que fazem entre nós as mis-sões dos nossos amigos e aliados"⁵². Para evitar melindres pessoais, Franco Nogueira acrescentou que quando ambos cessassem funções oficiais poderiam voltar a falar do assunto.

A 15 de Fevereiro de 1964, Franco Nogueira trabalhou com Salazar na residência oficial do chefe de governo⁵³. Salazar começou a dar indícios de hesitação em relação à iniciativa do seu delfim. O chefe da diplomacia atribuiu as "reticências" de Salazar às fortes pressões, "fundadas em motivos ideológicos" (Nogueira, 1984, p. 553), exercidas pela extrema direita junto de Salazar.

Confrontados com o iminente colapso da iniciativa e com o conhecimento de Franco Nogueira, Jorge Jardim diligenciou directamente junto de Salazar para ser recebido em audiência. Segundo Jorge Jardim:

"... (levava eu duas semanas em Lisboa) sem que o Ministro dos [Negócios] Estrangeiros obtivesse uma decisão do Doutor Salazar apesar de com ele haver trabalhado em duas oportunidades. Para mim isso não era bom sinal, com certeza. O José Manuel Fragozo [, braço-direito de Franco Nogueira e director-geral, interino, dos Negócios Políticos do Palácio das Necessidades,] pensava da mesma maneira e estava desalentado. Com a concordância de Franco Nogueira decidi-me a telefonar directamente ao Presidente do Conselho que, sem demora, me marcou uma entrevista" (Jardim, 1976, pp. 55-66).

Entretanto, uma discreta pressão política foi exercida pelo aparelho diplomático americano sobre Portugal. A 20 de Fevereiro de 1964, o secretário-adjunto do secretariado-geral da Defesa Nacional, contra-al-mirante Luís Noronha Andrade, escreveu um ofício ao secretário-geral do ministério dos Negócios Estrangeiros, José Luís Archer, a comunicar a dificuldade na obtenção de morteiros de 60m/m nos EUA por alegados obstáculos colocados pelo *U.S. State Department* e a solicitar que fossem praticadas diligências no sentido de desbloquear a situação⁵⁴. Apesar deste

⁵² *Ibid.*

⁵³ "Ecos: Presidência do Conselho", *Diário de Notícias*, ano 100, n.º 35 186 (16 de Fevereiro de 1964), p. 2; e "Boletim do Dia: Presidência do Conselho", *Diário da Manhã*, ano 33, n.º 11 703 (16 de Fevereiro de 1964), p. 2.

⁵⁴ Ministério dos Negócios Estrangeiros, "Ofício n.º 1117/C, Proc. n.º 3203/64, secreto, sobre a 'Procura, oferta e aquisição de material — aquisição de morteiros de

circunspecto aperto, a dependência de Portugal em relação ao EUA ti-nha-se diluído significativamente. No decénio de 1960 registou-se "uma real inversão das tradicionais alianças, embora não formalizada em ne-nhum tratado político ou consciente para o grande público. Simples-mente o apoio político, técnico e militar indispensável para as guerras de África passa a ser dado pela França e pela RFA e não pela Inglaterra e EUA" (Telo, 2000, p. 132).

Esta situação ofereceu mais um excelente pretexto político a Salazar para cancelar definitivamente a iniciativa de Franco Nogueira. Na audi-ência concedida a Jorge Jardim na residência oficial de São Bento, em 22 de Fevereiro⁵⁵, o chefe do governo anulou finalmente a iniciativa do mi-nistro Franco Nogueira de aproximação com a China Continental. Segundo Jorge Jardim:

"... Tratados outros assuntos (com dominância para o caso do Malawi) apresentei-lhe frontalmente o problema que me ti-nha feito vir até Lisboa. Foi evasivo, não argumentou com a clareza habitual e ficámos em que eu regressaria a Moçambique para onde me comunicaria, logo que possível, as decisões que viesse a tomar. Recomendou-me que, quando tivesse tempo, continuasse a estudar os problemas chineses pelos quais tanta predilecção evidenciava. Assegurou-me, de bom humor, que eu seria o primeiro embaixador em Pequim se um dia houvesse relações diplomáticas. Franco Nogueira e José Manuel Fragoso ficaram desolados. Muito congeminámos sobre as ra-zões que teriam levado o Presidente Salazar, contra os seus hábitos, a recuar sobre uma decisão tomada. Repetidas vezes o voltámos a fazer depois e nunca topámos com uma explicação completa. Para mim, fora de dúvida, a pressão americana de-veria ter sido tremenda. Só nunca saberei a que argumentos e meios recorreram" (Jardim, 1976, p. 66).

60m/m nos EUA' do secretário-adjunto da Defesa Nacional, contra-almirante Luís de Noronha Andrade, para o secretário-geral do ministério dos Negócios Estrangeiros, José Luís Archer, de 20 de Fevereiro de 1964" *in* Cap.^a "Relações Políticas com a China Continental: reconhecimento por Portugal da China Comunista' ano de 1964", 2.º P., PEA M. 263, AHDMNE, Lisboa.

⁵⁵ Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, "Diário pessoal de Salazar referente a 1964", AOS/DI-8, vol. 4, p. 92, IAN/TT, Lisboa.

A "pressão americana", contudo, não se perfila como a explicação mais plausível para decisão final de Salazar. Tudo leva a acreditar que tal como no período de 1949/50 das relações luso-chinesas "a inabalável intransigência ideológica de Salazar" foi determinante para que a inicia-tiva de Franco Nogueira não avançasse em 1964 (Fernandes, 1999, p. 990). Por seu turno, o comportamento político patenteado por Franco Nogueira neste caso foi muito idêntico ao que manifestou junto de Salazar durante "a tentativa falhada de um acordo Portugal-EUA sobre o ultra-mar português de 1963" (Amaral, 1994, pp. 57-58) e aquando das dili-gências empreendidas pelo secretário-geral da ONU, U Thant, para en-contrar uma solução política pacífica para o problema colonial português, em Setembro/Novembro de 1963.

Franco Nogueira deu o assunto por temporariamente encerrado em 17 de Março de 1964. Nesta data instruiu, num teor optimista, o direc-tor-geral dos Negócios Políticos, interino, embaixador José Manuel Fragoso, a "arquivar" a nota de Zhou Enlai para Salazar⁵⁶.

Contudo, a questão da aproximação a Pequim persistiu no Palácio das Necessidades. O adido Sá Machado opinou numa "informação de serviço confidencial" que Portugal deveria co-patrocinar uma moção apresentada pela França e outras potências Ocidentais no sentido de ser obtida a adesão do regime de Pequim à ONU e a expulsão do regime nacionalista de Taibei⁵⁷. Esta última opinião, não era, porém, partilhada por certos sectores da extrema direita portuguesa. Conhecedores de que a França tinha proposto a admissão da República Popular da China à Organização Mundial de Saúde (OMS), o matutino oficial do regime, o *Diário da Manhã*, de Lisboa, criticou asperamente a posição francesa, fundamentando a sua postura que: "em nome do mesmo princípio[, o do realismo,] é impossível negar a soberania que sobre a área de Formosa

⁵⁶ "Ao Dr. Fragoso: Convirá arquivar esta carta de modo que possa ser fácil e rapidamente encontrada se, em oportunidade breve, for precisa, 17 de Março de 1964, Franco Nogueira" in "Despacho do ministro Franco Nogueira para o director-geral dos Negócios Políticos, interino, embaixador José Manuel Fragoso" in Cap.^a "Relações políticas com a China Popular, 1964", PEA-Confidenciais M. 20, AHDMNE, Lisboa.

⁵⁷ Ministério dos Negócios Estrangeiros, "Informação de serviço confidencial sobre as 'Possibilidades de 'admissão' da República Popular da China nas Nações Unidas durante a 19.^a Assembleia Geral', de autoria do adido Sá Machado, da repartição da secção da Organização das Nações Unidas, de 8 de Maio de 1964, p. 19", PEA M. 263, AHDMNE, Lisboa.

exerce o governo de Taibei e não se vê motivo para que se coloque essa área, que não é de importância desprezível, fora do âmbito dos trabalhos da organização sanitária internacional"⁵⁸.

A atitude do governo português era totalmente diferente à de duas importantes potências ocidentais, o Canadá e a Austrália. Norteados por um grande pragmatismo, os governos de ambos os países decidiram vender quantidades consideráveis de trigo e cevada à China Continental a partir do fim do decénio de 1950 (Kyba, 1991, pp. 168-186; MacFarquhar, 1997, pp. 23-30; Fernandes, 2000b, pp. 208).

PEQUIM REAFIRMOU A MANUTENÇÃO DO *STATUS QUO* EM MACAU

Pequim reagiu muito discretamente às tentativas de bastidores. Continuou a dar prosseguimento à sua política de "diplomacia popular", isto é, aos contactos informais entre ambas as partes, e deu sinais circunspectos à administração portuguesa de Macau e ao governo central português que pretendia a manutenção do *status quo* no enclave. No âmbito da primeira política, José de Freitas, do *Diário Popular*, de Lisboa, realizou uma digressão por Macau e pela China, entre 27 de Março e 27 de Abril de 1964⁵⁹. A deslocação deste "enviado especial" do *Diário Popular* estava prevista para ter lugar no âmbito da normalização de relações diplomáticas entre Lisboa e Pequim⁶⁰. Apesar da iniciativa de

⁵⁸ "Nota internacional: realismo", *Diário da Manhã*, ano 33, n.º 11 721 (5 de Março de 1964), p. 1.

⁵⁹ A digressão pela China teve lugar entre os dias 6 e 22 de Abril de 1964. Os restantes dias foram passados em Macau em encontros com proeminentes dirigentes da administração portuguesa e da elite tradicional chinesa do enclave alinhada com a China Continental.

⁶⁰ No primeiro capítulo do livro *A China vence o passado*, baseado na sua digressão pela China Continental e publicado em Julho de 1964, José de Freitas afirma que: "[v]isitei a China como um jornalista independente, alheio a quaisquer combinações, sem a subordinação dos convites, exclusivamente com dinheiro do meu jornal. *Sinto-me por isso no pleno direito—uma voz isolada, mas portuguesa, voz dum português que conhece e ama Macau, que não pode nunca esquecer Macau e a sua gente — de considerar de interesse nacional o abandono de uma já provadamente malograda política de isolamento da China*" (Freitas, 1964, p. 36, itálicos nossos). O facto do serviço de censura do regime ter permitido a publicação deste livro que advogava o abandono da política de isolamento internacional de Pequim e elogiava vários aspectos do regime de Mao Zedong reflecte o interesse que alguns círculos influentes das cúpulas dirigentes portuguesas nutriam pelo reconhecimento e estabelecimento de relações diplomáticas entre Lisboa e Pequim.

Franco Nogueira ter fracassado, Pequim consentiu que José de Freitas realizasse a digressão pela China Continental⁶¹. Porém, a dimensão do trabalho jornalístico ficou aquém do que estava previsto inicialmente. José de Freitas não conseguiu ter encontros com destacados dirigentes chineses. Segundo o governador Lopes dos Santos:

"... recebi hoje [o] jornalista [do] Diário Popular José de Freitas depois [de uma] visita [à] China Continental. Disse haver sido tratado com extrema correcção [e] gentileza. Salientou [que] não conseguiu como desejava avistar-se com Zhou Enlai e Mao Zedong nem dirigir [uma] mensagem [à] Rádio Pequim. [...] Disse ter ficado com a impressão que a China Continental es-taria à espera [de] qualquer atitude por parte de Portugal"⁶².

Apesar deste recuo, as autoridades centrais chinesas continuaram a enviar sinais cordatos de que pretendiam manter contactos officiosos com Lisboa e Macau. A convite da comissão executiva da Feira Industrial e Comercial de Guangzhou, Eduardo Conde, cônsul-geral de Portugal em Hong Kong, deslocou-se à capital da província chinesa de Guangdong. A deslocação "teve apenas como único objectivo visitar, a título particu-lar, a Feira de Cantão [Guangzhou] e procurar esclarecer a situação do nosso encerrado Consulado naquela cidade"⁶³. Porém, o *Notícias de Ma-cau* afirmou na sua edição de 15 de Maio de 1964, que Eduardo Conde provavelmente visitaria "outras cidades da China Continental, incluín-do Pequim"⁶⁴. Na realidade, contudo, a visita do cônsul-geral circuns-creveu-se à feira, pois Pequim mudou de ideias em relação à visita do

⁶¹ Durante a sua digressão pela China Continental José de Freitas foi acompanhado por Ch'oi Leong Soi, entre Macau e Guangzhou, e Roque Choi, durante o resto da visita. Ambos eram secretários e intérpretes de Ho Yin [He Xian], presidente da Associação Comercial Chinesa de Macau, membro do Conselho Legislativo da administração portuguesa e "convidado especial" da Conferência Política Consultiva do Povo Chinês.

⁶² Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, "Telegrama recebido do governador de Macau, Lopes dos Santos, pelo ministro do Ultramar, comandante António Augusto Peixoto Correia, de 23 de Abril de 1964", AOS/CO/UL-8I, Pt. 8, 1.^a Sbd., fl. 1310, IAN/TT, Lisboa.

⁶³ Ministério dos Negócios Estrangeiros, "Ofício 8-A/64 de cônsul-geral de Portugal em Hong Kong, Eduardo Conde, de 30 de Maio de 1964", PEA M. 263, AHDMNE, Lisboa.

⁶⁴ "Cônsul-geral de Portugal em Hong Kong", *Notícias de Macau*, ano 17, n.º 4 947 (15 de Maio de 1964), p. 6.

diplomata português. Aparentemente, também poderia ter constituído um acto intencional por parte de Ho Yin [He Xian] e da elite tradicional chinesa de Macau alinhada com Pequim que estavam muito pouco interessados no estabelecimento de relações diplomáticas bilaterais, pois reduziria eventualmente a sua influência em Macau, Guangzhou e Pequim. Como observou Eduardo Conde durante um almoço com Ho Yin [He Xian], Roque Choi, Ch'oi Leong Soi e David Barrote:

"Ouvi mais do que falei, convencido de que nada adiantaria com qualquer reparo à maneira como o Sr. Ho Yin [He Xian] se ocupara do meu pedido de ver e falar com o chanceler [Eugénio Miguel]"⁶⁵.

Apesar deste desentendimento, o regime de Pequim continuou a manifestar interesse pela manutenção de contactos de bastidores com Portugal. No dia 6 de Junho de 1964, o primeiro embaixador da República Popular da China em Paris apresentou as suas credenciais ao presidente Charles de Gaulle. Após a cerimónia, o embaixador chinês Huang Chen enviou uma nota ao embaixador de Portugal em Paris, Marcello Mathias, a comunicar a sua apresentação de credenciais ao chefe de Estado francês e que: "Je saisis cette occasion por vous assurer que je m'efforcerai d'établir de bons rapports avec Votre Excellence"⁶⁶. As instruções de Franco Nogueira perante esta abertura foi no sentido de se dar uma "res-posta [...] concebida nos mesmos termos usados na nota chinesa"⁶⁷.

No prosseguimento da política de "diplomacia popular" e num gesto de boa vontade para com a administração portuguesa de Macau, um grupo de macaenses e de portugueses residentes no enclave foi convidado a realizar uma "viagem de estudos"⁶⁸ à China Continental. Constituído

⁶⁵ Ministério dos Negócios Estrangeiros, "Relatório, confidencial, da visita à Feira da Primavera de Guangzhou (de 15 a 19 de Maio) de 1964, do cônsul-geral de Portugal em Hong Kong, Eduardo Conde, de 10 de Junho de 1964, p. 4", PAA M. 801, AHDMNE, Lisboa.

⁶⁶ Ministério dos Negócios Estrangeiros, "Ofício n.º 704 do embaixador de Portugal em Paris, Marcello Mathias, para o ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, de 8 de Junho de 1964", PEA M. 263, AHDMNE, Lisboa.

⁶⁷ Ministério dos Negócios Estrangeiros, "Despacho exarado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros Franco Nogueira sobre o 'Apontamento de Fortunato de Almeida de 16 de Junho de 1964'", PEA M. 263, AHDMNE, Lisboa.

⁶⁸ "Pela cidade: a caminho de Pequim", *O Clarim*, ano 17, n.º 13 (14 de Junho de 1964), p. 2.

por seis pessoas, este grupo contava com dois professores do Liceu de Macau, Dr. Castro Monteiro e o Dr. Boavida da Rocha, um engenheiro, Telo da Gama, e os arquitectos José Maneiras, Manuel Vicente e a sua mulher, Natalia Vicente, acompanhados por Peter Pan, presidente da Associação Industrial Chinesa de Macau. Esta terceira "visita particular" de uma delegação à China, decorreu entre os dias 13 a 24 de Junho de 1964⁶⁹.

Por outro lado, com o objectivo de manifestar publicamente, embora de forma muito discreta, a manutenção do *status quo* em Macau, Pequim deu continuidade à sua política de "relações culturais e desportivas" privi-legiadas com Macau. Sob o patrocínio do governo central chinês, a selecção nacional da China Continental, campeã mundial de ténis de mesa, masculina e feminina, visitou Macau, entre os dias 17 e 21 de Junho de 1964. Durante a sua estadia realizaram duas exhibições com equipas lo-cais, em 18 e 19 de Junho, a que assistiram milhares de habitantes do enclave⁷⁰. O governador Lopes dos Santos esteve presente ao último encontro. Quando cumprimentou e felicitou os jogadores da selecção nacional chinesa, o chefe da equipa, Chan Sin⁷¹, e um adjunto do ministério chinês dos Desportos declararam-lhe que a "visita se tratava [de] um gesto (de) amizade da China Continental [para] com Macau"⁷².

A INVIABILIDADE POLÍTICA DA INICIATIVA DE FRANCO NOGUEIRA

Será que a iniciativa de Franco Nogueira tinha viabilidade política do ponto de vista chinês? Provavelmente, não. Sete razões fundamentais inviabilizaram qualquer possibilidade de entendimento entre Lisboa e Pequim conducente ao estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países.

⁶⁹ "Crónica semanal de Macau: de 14 a 20 de Junho de 1964", *Notícias de Macau* (edição semanal ilustrada), ano 17, n.º 533 (21 de Junho de 1964), p. 6; e, "Crónica semanal de Macau: de 28 de Junho a 4 de Julho de 1964", *Notícias de Macau* (edição semanal ilustrada), ano 17, n.º 535 (5 de Julho de 1964), p. 6.

⁷⁰ "Ténis de mesa: exibem-se hoje os campeões do mundo", *Notícias de Macau*, ano 17, n.º 4 974 (18 de Junho de 1964), pp. 3 e 6; e "De regresso à China Continental", *Notícias de Macau*, ano 17, n.º 4 977 (22 de Junho de 1964), p. 6.

⁷¹ Presidente da Associação Chinesa de Ténis de Mesa.

⁷² Ministério dos Negócios Estrangeiros, "Telegrama do governador Lopes dos Santos para o ministro do Ultramar, comandante António Augusto Peixoto Correia, de 22 de Junho de 1964", PEA M. 263, AHDMNE, Lisboa.

Primeiro, como já tivemos oportunidade de analisar anteriormente, a proposta de Franco Nogueira correspondia essencialmente à doutrina das "duas Chinas". Ora, esta política era liminarmente rejeitada, quer por Pequim, quer por Taipei. O regime de Mao Zedong colocou sempre como condição *sine qua non* aos governos estrangeiros interessados em estabelecer relações diplomáticas com a China Continental o rompimento formal de relações diplomáticas e consulares com a Formosa/Taiwan (Fernandes, 2000b, pp. 311-312 e 319).

Segundo, na China Continental tinha tido lugar o "Grande Salto em Frente", que resultou numa acentuada instabilidade política no seio dos aparelhos do Partido e do Estado chinês, mormente, entre as alas moderada e radical. Esta conjuntura contribuiu para o recrudescimento do auto-isolamento internacional do regime de Mao Zedong em relação ao Ocidente, o que dificultaria um eventual estabelecimento de relações diplomáticas entre ambos os governos.

Terceiro, a única inovação em termos de política externa chinesa no período em apreço foi a proposta formulada por Pequim no sentido de ser criada uma ampla frente de países ocidentais, a "segunda zona inter-média", contra a hegemonia dos EUA no sistema internacional. Esta política revelou-se, porém, pouco atraente e apelativa às potências ocidentais. O único regime político ocidental que estabeleceu relações diplomáticas com a China Continental neste período foi o de Charles de Gaulle. Todavia, o comportamento francês foi profundamente condicionado pelo "complexo de Ialta" do seu chefe de Estado e das suas elites políticas.

Quarto, o dissídio sino-soviético, que começou a desabrochar em finais do decénio de 1950, contribuiu para uma grande inflexibilidade e ortodoxia ideológica nos domínios político e propagandístico por parte do regime de Pequim para se demarcar da orientação soviética de "coexistência pacífica" em relação ao Ocidente. Ora esta rigidez ideológica constituiria um sério obstáculo a qualquer entendimento entre Pequim e Lisboa.

Quinto, a execução duma nova política chinesa africana independente e em concorrência ideológica com a URSS. A consolidação desta orientação em relação ao continente africano e aos movimentos de libertação da África lusófona condicionou a política externa chinesa, especialmente com o início da luta armada em Angola, em 4 de Fevereiro de 1961, e na Guiné-Bissau, em 23 de Janeiro de 1963. Se pretendia dispu-

tar a África lusófona à União Soviética, Pequim não tinha alternativa senão incrementar o seu apoio político, diplomático e militar aos movimentos de libertação da África lusófona. Por outras palavras, o regime de Pequim jamais estaria interessado em sacrificar o capital político que conseguiu arduamente granjear junto destes movimentos e do bloco afro-asiático entre 1961 e 1963 com o estabelecimento de relações entre Lisboa e Pequim. Assim, seria contra os interesses da China Continental eventualmente "moderar" os ataques contra Portugal por parte dos movimentos de libertação da África lusófona e do bloco afro-asiático, pois contribuiria, inexoravelmente, para a perda de influência e de prestígio do regime de Mao Zedong junto destes.

Sexto, o estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e a Coreia do Sul, regime ostensivamente hostilizado por Mao Zedong, em 15 de Abril de 1961, e o apoio português às posições da Coreia do Sul nas sessões plenárias da 17.^a Assembleia Geral da ONU, em 1962, inviabilizou ainda mais qualquer possibilidade de entendimento entre Lisboa e Pequim⁷³.

Sétimo, o eventual estabelecimento de relações diplomáticas entre Lisboa e Pequim tornaria o regime de Mao Zedong profundamente vulnerável aos ataques político-propagandísticos da União Soviética e dos partidos comunistas alinhados com Moscovo. Jamais constituiria uma eventual "vitória" chinesa na conjuntura política internacional então pre-valecente.

Aliás, esta situação ficou bem patente quando surgiram fortes rumores na imprensa internacional relativamente ao estabelecimento de relações diplomáticas entre Lisboa e Pequim. Uns escassos meses após a divulgação nos órgãos de informações internacionais dos rumores acerca do eventual estabelecimento de relações entre Lisboa e Pequim, o *Pravda*, órgão do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética, des-feriu sérios golpes político-propagandísticos contra o regime de Mao em torno do assunto⁷⁴. Num artigo de fundo intitulado "Pequim é estra-

⁷³ Ministério dos Negócios Estrangeiros, "Relações políticas com a Coreia", PEA M. 183, AHDMNE, Lisboa.

⁷⁴ A política chinesa de aproximação a Portugal foi alvo de profundas censuras públicas por parte da União Soviética e dos partidos comunistas ocidentais alinhados com Moscovo desde o início do decénio de 1960. A intensidade e a veemência das críticas recrudesceram a partir do discurso proferido por Nikita Khrushchev, perante o Soviete Supremo da União Soviética, em 12 de Dezembro de 1962, em que o então

nhamente tolerante de Salazar", publicado na edição de 8 de Julho de 1964, o órgão oficial do Partido Comunista da União Soviética acusou a China de dar ajuda indirecta à política colonial de Portugal em África. Segundo este diário: "os dirigentes chineses de Pequim falam muito do seu firme e fiel apoio à luta dos povos da África e Ásia pela sua independência e liberdade. Mas as suas frases ultra-revolucionárias com frequência contradizem as suas acções"⁷⁵.

Relativamente às conjecturas da imprensa internacional sobre a eventualidade de Portugal estabelecer relações com a China, o *Pravda* observou que: "Pequim não desmentiu. É significativo que tiveram início estas conjecturas precisamente quando muitos países africanos romperam as suas relações com Portugal em protesto contra a política colonial portuguesa em Angola, Moçambique e outras possessões portuguesas"⁷⁶. O mesmo diário sugeriu que devido à política de colaboração da China, o governo português optou por conferir uma condecoração honorífica a Ho Yin [He Xian], o agente de ligação entre a administração portuguesa e a China Continental. O *Pravda* adiantou que:

"O presidente português, Américo Tomás, declarou publicamente a necessidade de Lisboa reconhecer Pequim. Devido ao incremento da campanha para a entrega das suas ex-possesões de Goa, Diu e Damão, os imperialistas portugueses dão grande relevância ao facto do governo da República Popular da China não ter manifestado apoio à Índia na sua justa luta para a libertação destes territórios"⁷⁷.

Embora os órgãos de propaganda da China Continental levassem bastante tempo a reagir às graves acusações provenientes de Moscovo, a imprensa portuguesa de Macau insurgiu-se com grande veemência contra a notícia publicada no *Pravda*. O diário *Notícias de Macau*, órgão oficioso da administração portuguesa, respondeu às acusações soviéticas chamando atenção para o facto de que 20% do orçamento do enclave,

dirigente soviético destacou as contradições entre a teoria e a prática dos seus homólogos chineses.

⁷⁵ "Pravda acusa a China de dar ajuda indirecta a política portuguesa", *El Tele-grafo* [Guayaquil, Ecuador], (9 de Julho de 1964), p. 4.

⁷⁶ Ibid.

⁷⁷ "Red China Aiding Portugal — *Pravda*", *Athens News* [Atenas, Grécia], (9 de Julho de 1964), p. 2.

ou seja MOP\$5 milhões, do total de MOP\$25 milhões, eram destinados às obras de assistência pública. Lembrava, ainda, o papel desempenhado pelo Centro de Recuperação Social, instalado na ilha da Taipa, no combate à toxicodependência e as sucessivas visitas de funcionários da ONU ao território para avaliarem as iniciativas e os programas de luta contra o consumo de estupefacientes e de acolhimento aos refugiados⁷⁸.

Por seu turno, o bissemanário católico *O Clarim* publicou um extenso artigo de fundo sobre o assunto, na edição de 12 de Julho de 1964. Para este jornal, a notícia não passava de insidiosa "mentira" e "calúnia com que se pretende macular" a "vida" e a "missão" de Macau. E recor-dava o clima de "convivência" entre as comunidades portuguesa e chinesa, socorrendo-se da afirmação do antigo ministro do Ultramar, Adriano Moreira, em que era atribuída a Mao Zedong a afirmação que "o povo português foi o único povo que veio para a China sem lhe fazer guerra". Tal como o *Notícias de Macau*, lembrava, ainda, que 20% do orçamento da administração portuguesa de Macau era gasto em "obras de carácter assistencial e caritativo"⁷⁹.

Irritadíssimos com o desafio político-propagandístico soviético, a *Xinhua she* viu-se forçada a redigir e a divulgar um despacho sobre as relações luso-chinesas, em 28 de Julho de 1964. A preocupação dominante deste documento foi o de denunciar o artigo de fundo publicado no *Pravda*. Quanto à primeira acusação russa, a *Xinhua she* defendeu que a denuncia do *Pravda* constituía uma mera série de calúnias plagiadas da imprensa ocidental. Relativamente ao estabelecimento de relações diplomáticas com Portugal limitou-se a responder laconicamente que "a China jamais tinha considerado"⁸⁰ tal eventualidade. Com vista a assegurar publicamente os pergaminhos revolucionários da China Continental junto do bloco afro-asiático, mais de 2/3 do despacho remeteu-se a enaltecer, em termos genéricos, a "luta de libertação" dos povos das colónias portuguesas africanas e dos demais domínios coloniais e a de-

⁷⁸ "Polícia da calúnia", *Notícias de Macau*, ano 17, n.º 4 992 (11 de Julho de 1964), p. 1.

⁷⁹ "A Rússia continua a sua política de mentira: Macau e a sua população protestam contra a afrontosa calúnia e despudor", *O Clarim*, ano 17, n.º 21 (12 de Julho de 1964), pp. 1,8 e 7.

⁸⁰ "...China has never considered..." in "*Xinhua Refutes Pravda's Slanders*", *Beijing Review / Beijing zhoubao*, vol. 8, n.º 31 (31 de Julho de 1964), p. 4.

nunciar a União Soviética por alegado apoio e conluio com o imperialis-mo ocidental⁸¹.

CONCLUSÕES

A iniciativa de Franco Nogueira advinha de vários factores, desde os pessoais aos de alta política. A queda de Goa, em Dezembro de 1961, intensificou, na óptica do chefe da diplomacia portuguesa, a necessidade de se proceder ao reconhecimento e estabelecimento de relações diplo-máticas entre Portugal e a República Popular da China.

Porém, a intransigência de Salazar em proceder a uma revisão da política colonial portuguesa, quer em 1962, por proposta de Franco Nogueira, quer em 1963, por sugestões separadas, mas com um deno-minador comum, por parte da OUA, da administração Kennedy e da ONU, constituiu um obstáculo intransponível para Franco Nogueira. Porém, esta complexa conjuntura foi parcialmente debelada com a nota formal de Zhou Enlai para Salazar, de 2 de Agosto de 1963, a sugestão de Ho Yin [He Xian] de Janeiro de 1964, o estabelecimento formal de relações diplomáticas entre Paris e Pequim, em 27 de Janeiro de 1964, e o recrutamento de Jorge Jardim para levar a cabo esta missão. Esta situação levou provavelmente Salazar a concordar com a iniciativa de Franco Nogueira, embora se mostrasse simultaneamente "reticente".

O recrutamento de Jorge Jardim e a incapacidade deste em conven-cer Salazar a dar autorização definitiva para o prosseguimento da inicia-tiva é revelador das profundas dificuldades que Franco Nogueira teve em convencer o chefe do regime do mérito da sua proposta.

A imprensa portuguesa da época reflectiu as sensibilidades políti-cas prevalectes em torno desta matéria no seio do regime. A pressão aplicada pela imprensa de extrema direita acabou por complementar a influência política de bastidores exercida pela embaixada dos EUA e de outros governos conservadores acreditados em Lisboa. Aliás, alguns dos argumentos avançados pelos órgãos de informação da extrema direita foram habilmente usados como pretextos para o cancelamento da inicia-tiva.

A sonegação de informações aos diplomatas portugueses acredita-dos junto de importantes governos estrangeiros e da OTAN revelou-se

⁸¹ *Ibid.*

como uma orientação contraproducente. Demonstrou, acima de tudo, que as cúpulas dirigentes do ministério português dos Negócios Estrangeiros não depositavam grande confiança política nos seus mais categorizados representantes diplomáticos no exterior. Simultaneamente, criou uma série de embaraços políticos aos representantes portugueses, obrigando-os a terem que recorrer à sua própria iniciativa e imaginação para darem algumas respostas plausíveis quando foram abordados sobre o assunto por diplomatas estrangeiros.

Apesar da iniciativa de Franco Nogueira demonstrar a capacidade de adaptação de destacados membros do regime à nova conjuntura internacional, também revela como razões de índole interna limitaram seriamente a iniciativa de Franco Nogueira, ao esta contemplar unicamente a política das "duas Chinas" e não de "uma China". Aliás, pouco tempo após o reconhecimento e estabelecimento de relações entre Paris e Pequim, os dirigentes franceses tiveram que abandonar a doutrina ocidental das "duas Chinas". Porém, ao circunscrever a sua iniciativa à doutrina que regia a conduta dos governos ocidentais, Franco Nogueira manifestou o limitado desígnio político da sua proposta.

Os rumores acerca do reconhecimento português e a política chinesa de manutenção do *status quo* em Macau transformaram-se num sério problema político-propagandístico para o regime de Pequim. Os órgãos de propaganda de Moscovo foram accionados para desferir rudes golpes político-propagandísticos contra a China Continental. A gravidade das acusações forçou o regime de Mao Zedong a pronunciar-se sobre a questão do eventual reconhecimento português. A resposta demonstrou, porém, que a China Continental não sacrificaria o seu capital político investido em África e junto do bloco afro-asiático em troca do reconhecimento português. Por outras palavras, a tentativa de Franco Nogueira para reconhecer e estabelecer relações diplomáticas entre Portugal e a República Popular da China seria inaceitável para Pequim, conjugando-se, paradoxalmente, a intransigência ideológica de Salazar com a política oficial chinesa em relação à África lusófona, em particular, e ao bloco afro-asiático, em termos gerais.

BIBLIOGRAFIA

- Amaral, Diogo Freitas do (1994), *A tentativa falhada de um acordo Portugal-EU A sobre o futuro do ultramar português, 1963*, Coimbra, Coimbra Editora.
- Antunes, José Freire (1996), *Jorge Jardim: agente secreto, 1912-1982*, Venda Nova, Bertrand Editora.
- Cabral, Morais (1964?), *A China Livre de hoje*, Taibei, China Publishing Company.
- Cruz, Manuel Braga da (1988), *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lis-boa, Editorial Presença.
- Fernandes, Moisés Silva (1998), "Enquadramento das relações luso-chi-nesas entre 1949 e 1966", *Administração / Xmgzhèng* [Ma-cau], vol. 11, n.º 40 (Junho de 1998), pp. 299-331.
- _____ (1999), "Macau nas relações sino-portuguesas, 1949-1979", *Administração / Xtngzhèng* [Macau], vol. 12, n.º 46 (Dezembro de 1999), pp. 989-1002.
- _____ (2000a), "Portugal, Macau e a China — confluência de interesses", *História*, ano XXII (Nova Série), n.º 21 (Ja-neiro de 2000), pp. 56-67.
- _____ (2000b), *Sinopse de Macau nas relações luso-chinesas, 1945-1995: cronologia e documentos*, Lisboa, Fundação Oriente.
- _____ (2001), "A evolução das relações luso-chinesas entre 1949 e 1999", in *A reforma do Estado em Portugal—problemas e perspectivas*, Lisboa, Editorial Bizâncio.
- Freitas, José de (1964), *A China vence o passado*, Lisboa, Edições Cosmos.
- Hermann, Margaret G. (1978), "Effects of Personal Characteristics of Political Leaders on Foreign Policy", in *Why Nations Act: Theoretical Perspectives for Comparative Foreign Policy Studies*, Maurice A. East *et al.*, eds., Londres, Sage Publications.
- Hinton, Harold C. (1970), *China's Turbulent Quest*, Londres, Collier-Macmillan.
- Hutchinson, Alan (1975), *China's African Revolution*, Boulder, CO, Westview Press.
- Jardim, Jorge (1976), *Moçambique: terra queimada*, Lisboa, Intervenção.
- Kyba, Patrick (1991), "Alvin Hamilton and Sino-Canadian Relations", in *Reluctant Adversaries: Canada and the People's Republic of*

- China, 1949-1970*, Paul M. Evans e B. Michael Frolic, eds., Toronto, University of Toronto Press.
- Leonard, Yves (1999), "O ultramar português", in *História da expansão portuguesa: último império e recentramento, 1930-1998*, Vol. 5, Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, coords., Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 31-50.
- MacFarquhar, Roderick (1997), *The Origins of the Cultural Revolution 3: The Coming of the Cataclysm, 1961-1966*, Oxford, Oxford University Press.
- Neves, Fernando d'Oliveira (1999), "Franco Nogueira e meu pai", in *Embaixador Franco Nogueira, 1918-1993 — textos evocativos*, Teresa de Melo Ribeiro et al., Porto, Livraria Civilização Editora.
- Nogueira, Franco (1952), *Política do Oriente*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- _____ (1984), *Salazar — a resistência, 1958-1964*, Vol. 5, Porto, Livraria Civilização Editora.
- _____ (1987), *Um político confessa-se: diário, 1960-1968*, 3.^a edição, Porto, Livraria Civilização Editora.
- Pinto, António Costa (1999), "Portugal e a resistência à descolonização", in *História da expansão portuguesa: último império e recentramento, 1930-1998*, Vol. 5, Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, coords., Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 51-64.
- Portugal, Ministério dos Negócios Estrangeiros (1964a), *Anuário diplomático e consular português referido a 1 de Janeiro de 1964*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Portugal, Ministério dos Negócios Estrangeiros (1964b), "Conferência de imprensa do ministro dos Negócios Estrangeiros pronunciada a 4 de Fevereiro de 1964", Lisboa, serviços de informação do ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Portugal, Ministério dos Negócios Estrangeiros (1973), *Convenção de Viena sobre relações diplomáticas*, Lisboa, Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Roy, Denny (1998), *China's Foreign Relations*, Londres, Macmillan.
- Santos, Lopes dos (1994), "General Lopes dos Santos: governador de Macau, 1962-1966", *Os últimos governadores do império*,

- Paradela de Abreu, coord., Lisboa, Edições Neptuno, pp. 353-363.
- Smith, Michael (1989), "Comparing Foreign Policy Systems: Problems, Processes and Performance", in *Understanding Foreign Policy: The Foreign Policy Systems Approach*, Michael Clarke e Brian White, eds., Londres, Edward Elgar.
- Telo, António José e Hipólito de la Torre Gómez (2000), *Portugal e a Espanha nos sistemas internacionais contemporâneos*, Lisboa, Edições Cosmos.
- Tengarrinha, José (1999), "Imprensa", in *Dicionário de história de Portugal*, Vol. 8, António Barreto e Maria Filomena Mónica, coords., Lisboa, Livraria Figueirinhas, pp. 245-247.
- Venkataramani, M.S. (1991), "Overthrowing a NATO Prime Minister: A Study of Washington's Role", *International Studies* (Nova Deli), Vol. 28, n.º 1 (Janeiro-Março 1991), pp. 1-23.
- Whiting, Allen S. (1975), *The Chinese Calculus of Deterrence: India and Indochina*, Ann Arbor, MI, University of Michigan Press.
- Yahuda, Michael (1983), *Towards the End of Isolationism: China's Foreign Policy After Mao*, Londres, Macmillan.

